

T
E
X
T
O
S

Mário A. Eufrasio
Alice Beatriz da Silva Gordo Lang
(organizadores)

O PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA
DURANTE O IMPÉRIO

Texto inacabado de
MARIA ISaura PEREIRA DE QUEIROZ



FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CERU 1

Série 3

2022



**O PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA
DURANTE O IMPÉRIO**

USP Universidade de São Paulo

Reitor

Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora

Maria Arminda do Nascimento Arruda



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor

Paulo Martins

Vice-Diretora

Ana Paula Torres Megiani

DOI 10.11606/9788575063972

Mário A. Eufrazio
Alice Beatriz da Silva Gordo Lang
(organizadores)

O PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA DURANTE O IMPÉRIO

Texto inacabado de
MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ

Textos CERU – Série 3
N. 1

 **fflch**
FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo, 2022

P273 O partido republicano paulista durante o Império [recurso eletrônico] /
Organizadores: Mário A. Eufrasio, Alice Beatriz da Silva Gordo Lang. --
São Paulo : FFLCH/USP, 2022.
810 Kb ; PDF. (Textos CERU – Série 3 ; n. 1)

Texto incompleto de Maria Isaura Pereira de Queiroz.
Apresentação de Mário A. Eufrásio.
Primeiras palavras e À guisa de conclusão de Alice Beatriz da
Silva Gordo Lang.

ISBN 978-85-7506-397-2
DOI 10.11606/9788575063972

1. Partido Republicano – São Paulo, Brasil. 2. Brasil império. I.
Título. II. Série. III. Queiroz, Maria Isaura Pereira de. IV. Eufrasio, Mário
A. V. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo.

CDD 981.04



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada

Coordenação Editorial: *Helena Rodrigues* – MTb n. 28.840/SP

Digramação: *Walquir da Silva* MTb n. 28.841/SP

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – Mário A. Eufrasio	07
PRIMEIRAS PALAVRAS – Alice Beatriz S. G. Lang	11
O PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA DURANTE O IMPÉRIO	14
BIBLIOGRAFIA CITADA	95
À GUIA DE CONCLUSÃO	98
MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ – Notas biográficas	101
TRABALHOS SOBRE MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ	103
CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS – NAP-CERU	105
SÉRIE TEXTOS	107
SOBRE OS ORGANIZADORES	110

APRESENTAÇÃO

A RETOMADA DA SÉRIE “TEXTOS” DO CERU

Originalmente concebido como uma entidade de caráter acadêmico-cultural e intelectual, o CERU surgiu como um organismo de apoio à atividade de pesquisa e ao ensino – inicialmente ao nível da Graduação e depois visando também a Pós-Graduação – e como um centro de documentação, dotado de uma biblioteca especializada, com um acervo de revistas acadêmicas nacionais e estrangeiras e um arquivo de materiais e fontes de pesquisa. Veio a incluir um grupo de pesquisadores, um conjunto de publicações em suas áreas de interesse e abrigar certo número de eventos acadêmicos: atividades de pesquisa em campo, convênios com órgãos públicos e de intercâmbio, seminários, a organização de encontros nacionais de estudos rurais e urbanos e a participar em reuniões acadêmicas, simpósios e congressos e a ministrar cursos e conferências, além de criar publicações próprias. Com tudo isso procurou cumprir um papel no contexto acadêmico e no momento histórico em que começou a atuar quando as ciências sociais se afirmavam no país.

De uma fase informal preliminar, o Centro de Estudos Rurais iniciou seu funcionamento, graças aos esforços de Maria Isaura Pereira de Queiroz; mas ainda em 1964, com sua fundação formal e a colaboração ampliada, como as de Lia Garcia Fukui e Eva Alterman Blay, o já Centro de Estudos Rurais e Urbanos passou a trabalhar numa perspectiva interdisciplinar que abriu espaço para uma pluralidade de orientações e uma diversificação de temas de interesses que viriam a ser uma de suas características mais persistentes.

As publicações próprias do CERU abrangem dois tipos: um periódico ou *journal* acadêmico, representado pelo *Cadernos CERU*, e uma série de volumes representada pela série *Textos*. Complementarmente o CERU tem participado de co-edições ocasionais, com organismos nacionais e estrangeiros. Os *Cadernos CERU* surgiram em 1968 com periodicidade anual (formando a primeira série com dezenove números até 1984; a segunda série, semestral, desde 1985, está atualmente no número 32-2). A série *Textos* foi iniciada em 1981, tendo sido

publicados sete números em sua primeira série, até 1984, e na segunda série, entre 1989 e 2008, dez volumes – o número 3, de 1992, teve uma segunda edição em 1999.

No momento atual, com a possibilidade de se promover publicações *on line* com custos menores que os de edições impressas, propõe-se nesse formato sobretudo a intenção de retomada da série *Textos*, visando a divulgação de coletâneas e de textos e resultados de pesquisas de reconhecida relevância.

Assim, surgiram a conveniência e a oportunidade da publicação do presente volume, que se constitui num texto inacabado da principal fundadora do CERU, a professora Maria Isaura Pereira de Queiroz; iniciado em 1989, permaneceu em sua presente primeira versão depositado aos cuidados da professora Alice Beatriz da Silva Gordo Lang que, agora, mantendo o estágio da redação deixada pela autora, realizou um trabalho de *copy-desk* e preparo dos originais para publicação. Agradecendo em nome do CERU à professora Alice Beatriz Lang pelo seu paciente e bem sucedido trabalho, parafraseio de suas Primeiras Palavras: embora inacabada, trata-se de uma valiosa contribuição, uma verdadeira aula que mostra aos estudiosos os caminhos de como fazer pesquisa.

Outros volumes já estão sendo cogitados para compor a continuidade da série ora retomada. A Comissão Editorial do CERU está à disposição de interessados para examinar a proposição de publicações que lhe sejam encaminhadas.

No momento em que passa pela necessidade de uma reciclagem, o CERU espera estar abrindo um canal de divulgação e discussão de temas e orientações empíricas e teóricas muito necessitadas de amadurecimento e incorporação nas ciências sociais atuais.

Uma exposição da primeira fase de existência do CERU está presente no texto de Maria Isaura Pereira de Queiroz de 1995: “O CERU Faz Trinta Anos: Primeiros Tempos”, *Cadernos CERU*, série 2, n.º 6, pp. 11-31; também vale a pena consultar: Lucila Reis Brioschi & Sonia

Brisolla Jordão: “CERU: Identidade e Trajetória”, *Cadernos CERU*,
série 2, n. 5, 1994, pp. 3-12.

Mário A. Eufrasio
Diretor-Presidente do CERU

PRIMEIRAS PALAVRAS

Todo trabalho tem uma estória. É o que ocorreu com a possibilidade de preparação do texto “O Partido Republicano Paulista no tempo do Império” de Maria Isaura Pereira de Queiroz para publicação. Além do entusiasmo pelo tema, o reconhecimento de uma pesquisadora extraordinária e o sentimento de gratidão por essa grande Mestra.

A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, Professora Emérita da Universidade de São Paulo faleceu aos 100 anos em dezembro de 2019. Deixou uma obra reconhecida nacional e internacionalmente sobre temas variados enquadrados como: sociologia rural, sociologia da cultura, sociologia das religiões, sociologia política, além de metodologia de pesquisa. Sobre política, tratou de temas como o Messianismo e o Clientelismo desenvolvendo conceitos com base em pesquisa empírica e muita reflexão. A obra agora apresentada, “O Partido Republicano Paulista no tempo do Império”, um trabalho inconcluso e inédito, chegou às minhas mãos.

Tive a felicidade de ter Maria Isaura Pereira de Queiroz como minha orientadora do doutorado. Sob sua orientação organizei o Arquivo do político paulista Adolpho Affonso da Silva Gordo, republicano histórico, deputado e senador federal na República. Era meu avô e cunhado do bisavô de Maria Isaura, o Senador Manoel de Moraes Barros. Com a análise dessa documentação, fiz minha tese de Doutorado, “Adolpho Gordo, Senador da Primeira República: representação e sociedade”. Aprovada, a tese foi publicada pelo Senado Federal.

O Arquivo Adolpho Gordo foi doado ao Centro de Memória – Unicamp e foi digitalizado e integrado ao site do CMU. (Plataforma digital – Acervos – Conjunto Adolpho Gordo).

Os documentos do Arquivo eram em geral datados das primeiras décadas do século XX, período da Primeira República. Interessei-me pelo período anterior à Proclamação, período da grande luta dos republicanos históricos para conseguir a mudança do regime, luta da qual Adolpho Gordo participara.

Com uma bolsa Recém Doutor concedida pelo CNPq, dediquei-me ao estudo da Propaganda Republicana. Conteí com o apoio entusiasmado da minha mestra Maria Isaura que discutiu comigo inúmeros pontos do projeto. Nessa ocasião, recebi da mestra um presente de valor inestimável: o trabalho inconcluso sobre Partido Republicano Paulista e sua atuação na Propaganda Republicana. O texto por ela datilografado, continha inúmeras observações e indicações para sua revisão. E ainda sem conclusão, mas com os pontos que deveriam orientar a parte final.

Maria Isaura Pereira de Queiroz estava elaborando pesquisas para o trabalho que teria por título “O Partido Republicano Paulista no tempo do Império”. Eram os anos 1980, que marcam a bibliografia consultada pela autora.

Decidi publicar o trabalho de Maria Isaura, apresentando-o como um texto não concluído. É certamente uma grande contribuição aos estudiosos, mostrando os caminhos da pesquisa. É uma aula de como fazer pesquisa oferecida pela Mestra.

Observo que anotações ou explicações por mim incluídas no texto estão grafadas em itálico, tipo distinto do utilizado no texto.

Vejo essa tarefa como uma tênue retribuição por tudo o que devo à Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz ao longo de minha vida acadêmica.

Mestra, muito obrigada.

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang
São Paulo, janeiro de 2022

O PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA
DURANTE O IMPÉRIO

Investigando os acontecimentos dos fins do Império, o que chama a atenção é a persistência, em São Paulo, de um Partido Republicano organizado, disputando eleições, que existira desde 1873, enquanto nas demais províncias do Brasil as mesmas ideias davam nascimento a pequenos núcleos esparsos de aderentes - os chamados clubes republicanos - que, mesmo persistentes, não chegavam a se reunir e apresentar contextura de partido.

Não será exagero de nuances querer distinguir o clube político do partido político? Desde 1870, clubes republicanos existiram, sem descontinuar, no país todo; e na linguagem dos jornais paulistas de fins do século XIX, volta e meia o simples clube é chamado de partido.¹ Somente pela análise do clube e do partido político é que se poderá verificar se eram ou não a mesma coisa; e, havendo diferenças, então é preciso esclarecer porque durante o período de vinte anos houve em São Paulo um Partido Republicano, o que não aconteceu nas outras províncias brasileiras.

A própria organização do Partido Republicano Paulista mostra qual a diferença entre Clube e Partido. O clube era uma organização local, existente em uma cidade ou em um povoado, fundado por correligionários políticos, geralmente com o objetivo de fomentar a propaganda de suas opiniões; desta espécie eram não só os Clubes Republicanos, mas também os Clubes Radicais, Clubes da Reforma etc., que começaram a aparecer na Corte em 1868, difundindo-se pelas províncias e que promoviam conferências e discussões de ideias de colorido liberal. Com o aparecimento do Manifesto Republicano em 1870, a maioria dos Clubes Radicais se transformou em Clubes Republicanos. Mesmo organizados e possuindo estatutos, os Clubes Republicanos se

1 Vide “A Província de S. Paulo” desde seu aparecimento.

conservavam no âmbito municipal, sua atividade não transcendia os limites do município, não englobando nem mesmo o distrito eleitoral.²

Já o partido era encarado como agrupamento de todos os clubes e ou núcleos de uma mesma província. Assim o entendia Américo Brasiliense, que em 1872 tomara a si a convocação de simpatizantes republicanos de São Paulo a fim de se fundar o partido, justificando-a: “Reconhecia-se, entretanto, a necessidade do acordo de esforços e de unidade de vistas dos republicanos”. O trabalho isolado, sem uma organização regular do partido, nunca poderia produzir todos os benéficos efeitos, que só mais íntimas relações entre os correligionários e a união de todos na defesa da bandeira assegurariam.³

AMÉRICO BRASILIENSE DE ALMEIDA E MELLO
(1833-1890)*

Bacharel em Direito, foi presidente das províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro. Foi um republicano histórico, organizador do Partido Republicano Paulista. Em São Paulo, foi vereador (1881/1882), deputado provincial (1888/1889), governador do Estado de São Paulo (1891), Ministro do Supremo Tribunal Federal. Obra: Os Programas dos Partidos e o Segundo Império.

Quando da primeira reunião, levada a efeito na residência de Américo Brasiliense a 17 de janeiro de 1872, ainda de “caráter puramente particular e de momento, razão porque nem houvera tempo de levar o convite a todos os amigos da Capital”, ficara assentado que, dada a necessidade de combinação e acordo comum entre os diversos clubes e

2 A província de São Paulo estava dividida em 9 distritos eleitorais; os deputados, na Assembleia Geral ou Provincial, representavam não a província, mas seus respectivos distritos, por efeito da Lei dos Círculos, lei eleitoral de 19 de setembro de 1885.

3 A. Brasiliense. *Os Programas dos Partidos*. São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, 1878, p.101.

* Recorri a algumas obras e ao Google para compor os traços biográficos dos republicanos históricos mencionados no texto.

núcleos republicanos na província, far-se-á comunicação (...) quando for mister, por meio de um congresso de representantes dos clubes ou núcleos locais, podendo dar-se a reunião na capital ou em qualquer outro ponto da província, conforme melhor convier e determinar-se.⁴ As palavras da ata definiam assim tanto núcleos ou clubes, quanto o partido republicano; enquanto os primeiros eram locais, o último era provincial, agrupando todos os clubes de uma mesma província.

Dando prosseguimento ao que fora estabelecido naquela reunião, foi enviada uma circular a todos os núcleos e clubes do interior, tornando-os cientes do que então se passava e de que, se o partido republicano de São Paulo ia conservar “sua independência e autonomia ante o centro estabelecido na Corte”, deveriam “os amigos e núcleos republicanos já existentes na província (...) empregar os meios legítimos de organizar e fortalecer o partido...” Para agir como órgão do partido, intérprete da vontade dos correligionários, deliberou-se na Convenção de Itu que se reuniria um congresso sempre que para tal houvesse motivos, devendo, nos intervalos das reuniões, uma comissão permanente “dirigir os negócios do partido, entender-se com os clubes municipais e tomar as providências urgentes, ficando, porém, seus atos sujeitos à aprovação da assembleia”. O Congresso elegia a comissão permanente; os republicanos de todos os municípios, houvesse nestes ou não clubes republicanos organizados, elegiam representantes ao Congresso, um representante para cada município, eleito por sufrágio universal entre os maiores de 21 anos.

A diferença entre Clube e Partido era, então, uma diferença de amplitude: enquanto o Partido congregava os clubes de todos os municípios, tendo por âmbito a província, o Clube limitava suas atividades ao município ou à cidade em que surgira – diferenciação que se desprende da análise de clube e partido, tal como indica a organização do

4 A. Brasiliense, ob. cit., pp. 102-103, 105, 112-113.

Partido Republicano Paulista. Mas com o correr do tempo não se teria alterado esta situação, no sentido de se equipararem clube e partido?

Não, a diferença permaneceu. Em 1887, no Congresso Republicano que anualmente se reunia em São Paulo, propunha o Dr. Manoel de Moraes Barros que, além desse Congresso Republicano, promovessem os distritos eleitorais seus congressos locais e nomeassem comissões distritais, à maneira da comissão permanente que havia na capital; os núcleos ou clubes municipais elegeriam seus representantes ao congresso distrital, da mesma forma que elegiam representantes para o Congresso Provincial; era um meio eficaz de se ampliar a propaganda, interessando-se os eleitores pelos problemas locais e promovendo o contato deles com seus representantes. A sugestão foi aprovada e alguns congressos distritais – principalmente na zona do proponente – chegaram a se realizar.⁵

Nas demais províncias, o que houve de Partido Republicano organizado – no Rio Grande do Sul, o que teve lugar em 1884 – tomou o de São Paulo como modelo, adaptado às particularidades locais. Quando Campos Salles, então deputado à Corte, foi consultado sobre a organização do Partido Republicano no Município Neutro,⁵ ficou embaraçado com o problema, pois ali não havia municípios sobre os quais se assentar a organização partidária, tal como se praticara em São Paulo; e resolveu o problema sugerindo a instalação de núcleos equivalentes aos clubes municipais, nas diferentes paróquias.⁶ Clube e partido permaneceram, pois, até a proclamação da República coisas diversas, sendo o primeiro componente do segundo.

5 Município Neutro era então o nome do Distrito Federal.

6 “A Província de S. Paulo”, 1-10-1885. Discurso de Campos Salles em reunião republicana na Corte.

MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES
(1841-1913)

Nascido em Santos, formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. Ingressou no Partido Liberal e foi eleito deputado provincial (1867 a 1871) e vereador em 1872. Participou da fundação do PRP e por esse partido foi eleito deputado provincial (1880), deputado geral (1885 a 1888) e deputado provincial em 1889. Com a Proclamação da República, foi Ministro da Justiça de Deodoro. Foi eleito Senador em 1891, mas deixou o mandato para assumir a presidência do Estado de São Paulo, (1896 a 1897). Foi o segundo Presidente civil da República (1898-1902), eleito Senador (1911-1913). Foi um republicano histórico, propagandista da República.

Existindo a distinção entre clube e partido, cumpre verificar agora a existência do Partido Republicano de São Paulo, de 1873 a 1889 e indagar se de fato, durante todo esse período outros não surgiram em outras províncias do Brasil.

O primeiro Manifesto Republicano, aparecendo na Corte a 3 de dezembro de 1870, teve como antecedentes históricos o fim da política conciliadora interna, que se tornara desnecessária desde o fim da Guerra do Paraguai, desde que não havia mais perigo externo ameaçando o país⁷ e o chamado “golpe de estado” do Imperador em 1868, destituindo subitamente o ministro liberal Zacarias de Góes e passando à chefia do gabinete um conservador.

7 Durante a Guerra do Paraguai, os liberais moderados tinham renunciado, por algum tempo, às constantes reivindicações de reforma constitucional que formulavam desde 1831; tornara-se possível a união entre eles e os conservadores, formando o Partido Progressista, que governou durante o período da guerra. Houve, todavia, liberais que se mantiveram fiéis às velhas reclamações do partido e que eram chamados liberais-históricos; assim como houve uma ala conservadora que repudiou a união com os liberais, sendo chamada “ala puritana”. Vide Américo Brasiliense, ob. cit., p.78.

O regime imperial funcionava de tal maneira que, “dissolvida a Câmara, já se sabia de antemão, – com a certeza certa de uma previsão astronômica – que a nova Câmara vinha inteiramente à feição do novo Gabinete”.⁸ O Imperador escolhera um gabinete conservador; dissolvida a Câmara pela mudança de gabinete, eleita outra Câmara nova, esta de fato apresentou decidido colorido conservador. Reascenderam-se então, violentas, as iras liberais.

Apeado do poder, não sabia o Partido Liberal quando voltaria a exercê-lo, o que dependia da vontade do Imperador de chamar novamente para chefe do gabinete um prócer liberal, acontecimento que parecia bem longínquo. Para se colocar em boa situação, cogitou o Partido Liberal de atrair para suas fileiras, todos aqueles que tinham militado no extinto Partido Progressista (formado por uma ala de liberais moderados e por outra, de conservadores avançados). Porém, ao mesmo tempo, movimentavam-se os chamados liberais-históricos, a pedir que o partido tomasse a peito reivindicações formuladas desde 1831 e que não tinham ainda sido atendidas.

Apareceram então dois Manifestos, com pequeno intervalo de diferença, ao mesmo tempo em que duas modalidades de Clubes se organizavam: o Manifesto da Reforma, pertencente aos radicais moderados, e o Manifesto Radical, cujos assinantes reclamavam a descentralização, a extinção do poder moderador, o sufrágio direto e generalizado, a substituição do trabalho servil pelo livre etc.⁹, – isto é, retomavam as reivindicações de 1831; era órgão do Clube Radical o

8 Oliveira Vianna. *O Ocaso do Império*, s/d, p.34. Há um artiguete sobre as eleições de 1879 na “Província de S. Paulo”, que ilustra muito bem a política da época. Os conservadores e republicanos declararam que se absteriam de votar nessas eleições nem comparecendo às urnas, “por não estarem preparados para ela”; isto quer dizer, observa ironicamente o articulista, que se abstêm de votar por não estarem no poder, porque quem está no poder é que consegue eleger deputados; e como o gabinete tem poder e quem nomeia o gabinete é o imperador, segue-se que quem elege os deputados é também o Imperador. 22-11-1879.

9 Américo Brasiliense, ob. cit., pp.24,25,26.

jornal “Opinião liberal”, fundado por Henrique Limpo de Abreu e Rangel Pestana.

FRANCISCO RANGEL PESTANA
(1839-1903)

Foi jornalista, político e jurista. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, fundou os jornais acadêmicos O Lírio, O Timbira. No Rio de Janeiro, fundou em 1868 o jornal Correio Nacional, Como defensor da emancipação dos escravos, foi apontado como revolucionário e homem perigoso. Trabalhou em vários jornais e fundou o jornal A República, que estampou em suas páginas o Manifesto Republicano em 1870, sendo um dos signatários. Fundado o PRP, os republicanos paulistas acharam necessário ter um jornal para difundir suas ideias. Foi criada “A Província de São Paulo”. Rangel Pestana foi o redator por muitos anos, junto com Américo de Campos. Depois da Proclamação, o jornal passou a chamar-se O Estado de S. Paulo. Foi eleito Senador (1886-1896), foi reeleito, falecendo no exercício do mandato.

A muitos liberais agradou este clube que, sem se desligar do Partido, pugnava pelas reformas avançadas; por outro lado, ele reuniu outros descontentes, decepcionados com a intervenção do Imperador na política, com as fraudes eleitorais, com o sistema de derrubada¹⁰ que se seguia a cada mudança de ministério, a fim de assegurar ao gabinete uma câmara de sua opinião e que faziam suas as palavras de Christiano Ottoni: “Dos partidos monárquicos estava e estou desiludido, separado, livre de compromissos”.¹¹

10 Oliveira Vianna analisa com rara acuidade e justeza todo o funcionamento da política imperial, da p.11 a 66 de sua ob. cit. Eis como explica as derrubadas: “O partido que subia derrubava tudo” quer dizer: sacudia para fora dos cargos públicos, locais, provinciais e gerais, todos os ocupantes adversários. Era uma vassourada geral, que deixava o campo inteiramente limpo e aberto ao assalto dos vencedores. P.41.

11 Christiano Ottoni. *O advento da República no Brasil*, 1890, p.2.

Que o Clube Radical parecia a solução do momento, mostra-o José Maria dos Santos; enquanto o Manifesto da Reforma “não conseguiu despertar a força e numerosa concentração partidária, que seria indispensável opor aos conservadores vitoriosos”, o Manifesto Radical fez vibrar com profunda e larga intensidade a alma popular”.¹² As razões, Christiano Ottoni as formulou; desiludido com os partidos monárquicos, sem saber que orientação tomar em política, “pareceu-me o Clube Radical uma solução às minhas perplexidades”. O radicalismo, qual o definia o Senador Silveira da Motta, afigurou-se-me a fórmula mais própria para promover reformas democráticas, sem nada precipitar. Não saindo da legalidade, podíamos esperar cooperações diversas e fazer diversas conquistas.¹³ O Clube Radical passou a promover, na Corte, conferências para a propagação de suas ideias; e nas províncias, seguiu-se-lhe o exemplo, sendo fundados outros tantos Clubes Radicais.

Todavia, em fins de 1870, a posição do Clube Radical não pareceu satisfatória aos seus componentes, que decidiram transformá-lo em Clube Republicano separando-se definitivamente dos liberais. Por que? Talvez devido à vaga de liberalismo e republicanismo que avassalava a Europa e que vinha refletir nestas plagas. Talvez devido ao entusiasmo despertado pelas conferências de Quintino Bocaiúva sobre a República Argentina, verdadeira pregação republicana, que insistia na anomalia que representava, nas Américas, a posição excepcional de Brasil como monarquia. Talvez devido à desesperança de voltarem brevemente os liberais ao poder.¹⁴ Talvez porque estes, querendo atrair para suas fileiras os conservadores que tinham pertencido ao Partido Progressista (em vias de completa extinção), sacrificavam cada vez mais reivindicações importantes que figuravam desde 1831 em seu programa, – a

12 José Maria dos Santos. *Política Geral do Brasil*, 1930, p.123.

13 Christiano Ottoni, ob. cit., p.73.

14 José Leão. *Silva Jardim*, 1895, p.111.

descentralização e a extinção do poder moderador, – mantendo apenas “as teses gerais do liberalismo e, ainda assim cobertas com o manto das conveniências”¹⁵. Em todo o caso, perceberam os radicais que era “impraticável sua harmonia com o antigo Partido Liberal.¹⁶ Reaparece, então, no cenário político brasileiro, o ideal republicano, existente nos tempos da Abdicação e da Regência, atravessara largo período representado apenas por “votos individuais e sem eco na população”.¹⁷

A transformação foi acoimada de prematura e precipitada. Christiano Ottoni, tão satisfeito com a fundação do Clube Radical, confessa que com relação à modificação para republicano, tentou “embaraçá-la, não o conseguindo”, na convicção em que estava de que era inconveniente e inoportuna, pois “o povo não mostrava tendências democráticas”. Não pode se furtar a assinar o manifesto que então se lançou, mas “como protesto”, não voltou ao Clube, nem pagou as mensalidades, nem compareceu a nenhuma reunião do partido” – “não por divergência de opiniões”, explica, “mas por questão de oportunidade e conveniência da ideia”.¹⁸

O primeiro Manifesto Republicano viu a luz a 3 de dezembro de 1870, juntamente com o jornal “A República”, órgão do novo Clube Republicano. Reclamava a mudança do regime; um governo eletivo e temporário; liberdade de cultos; legislação que permitisse maior liberdade econômica; liberdade de associação; liberdade de ensino; federação e autonomia provincial. E, entre as frases finais, o grito significativo: “Somos da América e queremos ser americanos”.¹⁹

15 A. Brasiliense, ob. cit., p.23, rodapé.

16 Felício Buarque. *Origens Republicanas*, pp 48-49.

17 Christiano Ottoni, ob. cit., p.70. Reconhece a existência de uma ala liberal com forte inclinação republicana, muito antes da separação e que se integrara perfeitamente no Partido Liberal. p.69.

18 Christiano Ottoni, ob. cit., pp.72, 74, 75; note-se que escreveu essas confissões em pleno regime republicano, seu livro é de 1890.

19 Américo Brasiliense, ob. cit.; o Manifesto de 1870 figura da p. 59 a 88.

A primeira exigência do Manifesto Republicano – “convocação de uma assembleia constituinte com amplas faculdades para instaurar novo regime” – caracterizava o partido recém-formado como visando a subversão da ordem pública; assim o entendia Christiano Ottoni, que lhe preferia o Clube Radical, justamente por pedir as mesmas reformas “não saindo da legalidade”.²⁰ Se as outras reivindicações já vinham contidas no Manifesto Radical de 1868, bastava a primeira exigência para cavar um fosso entre um e outro documento.²¹

O Manifesto Republicano é, de fato, filho do Manifesto Radical e não pode esconder seu parentesco, pois ambos se colocam na mesma linha de reivindicações que vinham sendo reclamadas desde 1831. Mas o Manifesto Radical conservava, na sua concepção de governo, “os princípios da hereditariedade, da inviolabilidade, da irresponsabilidade” que caracterizavam o regime monárquico, lutando por suas reclamações dentro do regime vigente; e o Manifesto Republicano tinha por primeiro princípio que “o funcionário tem de ser revocável, móvel, eletivo, criando a fórmula complementar dos Estados modernos – a mobilidade nas pessoas e a perpetuidade nas funções...”²² Preconizava, pois, a mudança fundamental do regime; e se este partido não foi considerado fora da lei, mas pode funcionar com relativa liberdade, enviando representantes às Câmaras, devemo-lo ao apego aos princípios de livre discussão, à tradição dos ideais republicanos espalhada pelas camadas dirigentes brasileiras; pois, como bem nota José Maria dos Santos, não podemos esperar que, se “a realeza é um aparato multimilenário que, nas nações verdadeiramente do mundo moderno, só se mantém ainda, nas formas puramente visuais, pelo prestígio mental da tradição; no Brasil, país descoberto pela

20 Christiano Ottoni, ob. cit., p.73.

21 José Maria dos Santos não vê nenhuma diferença entre os dois Manifestos. *Política Geral do Brasil* (1930) e *Os Republicanos Paulistas e a abolição* (1942).

22 A. Brasiliense, ob. cit.; o Manifesto de 1870 figura da p.59 a 88.

Renascença, com todas as suas tradições políticas iniciais fundadas no século XVIII e na Revolução Francesa”, o trono só se manteria enquanto tivesse utilidade prática – e disso estavam conscientes tanto o Imperador quanto os estadistas do Império.²³

Em São Paulo, na capital e no interior, tinham proliferado os Clubes Radicais; eles imediatamente enviaram sua adesão ao Clube da Corte e se declararam republicanos.

Todavia, amortecido o primeiro fogo de entusiasmos, a ideia republicana da Corte decaiu e perdeu terreno. O jornal “A República” funcionou durante três ou quatro anos e emudeceu depois de uma tentativa de empastelamento atribuída à polícia. Em 1877, houve como que um reerguimento; reuniram-se alguns republicanos de 1870 e lavraram solene “Termo de compromisso e adesão”, comprometendo-se a “promover a efetiva realização dos princípios” do primeiro Manifesto, “de modo que se opere a efetiva e real transformação política da forma de governo atual em um regime republicano que tenha por base o sufrágio universal fiel e sinceramente praticado e a independência das províncias constituídas em “estados”.²⁴ A medida não surtiu efeito, é o que se depreende principalmente das queixas dos republicanos paulistas, veiculadas nas páginas de “A Província de S. Paulo”: “E os republicanos, onde estão esses grandes patriotas que atiraram ao país o famoso Manifesto de 3 de dezembro de 1870? Estudam a sociologia de Augusto Comte e recordam a metafísica de Platão”²⁵, diz um artigo de 1879. Os próprios republicanos de 1870, uma vez eleitos deputados à Corte, voltavam às fileiras liberais, amoitavam; apenas Saldanha Marinho, então chefe da maçonaria brasileira, “tomou posição definida desde que entrou no recinto da Câmara, acusava outro artigo do mesmo ano.²⁶

23 José Maria dos Santos, *Política Geral do Brasil*, 1930, p. 180.

24 José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, 1942, p. 163.

25 “A Província de S. Paulo”, 11-6-1879.

26 Idem, 14-6-1879.

Mais tarde, em 1884, aparecia um artigo dando conta da disseminação das ideias republicanas, narrando que na Corte havia notícia de um movimento de reorganização partidária, e que talvez o exemplo de algumas províncias desse estímulo aos fluminenses para realizarem o que até hoje não têm conseguido”.²⁷ Por fim, em 1885, efetuaram-se reuniões republicanas na Corte com o fim de tratar da articulação do Partido Republicano Geral e da propaganda republicana, discursando, entre outros, Campos Salles; este mostrou a necessidade de tal organização, não só do P.R.Geral para coordenar os esforços pelo Brasil todo, como de um P.R.no Município Neutro; e considerava que o atraso em que se achava a ideia republicana no Brasil era devido, em grande parte, aos correligionários da Corte, que não se preocupavam com a organização partidária.²⁸ Comentando essas reuniões, o articulista de “A Província de S. Paulo” declarava, dias depois, que “por muitos anos o movimento republicano de São Paulo não teve eco na grande cidade que é o centro de toda a nação....”²⁹ No Município Neutro o Partido Republicano só se fundou e funcionou a partir de 7-11-1888, graças à iniciativa de Silva Jardim.³⁰

A curta repercussão do Manifesto Republicano de 1870 na Capital do Império explica-se, para alguns, pelo avolumar da ideia abolicionista, que obscureceu a republicana. Outros dão como causa o fato de ter sido convidado para Ministro do Império, em 1878, um dos signatários do Manifesto, o Conselheiro Lafayette, que aceitou o cargo; sua resolução, que não fora precedida por nenhuma abjuração dos princípios que afirmara em 1870, teria levado a indecisão e a perplexidade às fileiras republicanas, aumentando-lhes a inércia e determinando uma dispersão entre os correligionários, muitos dos quais se reintegraram no Partido Liberal. Acha José Leão que o convite feito

27 Idem, 28-2-1884.

28 Idem, 1-10-1885.

29 “A Província de S. Paulo”, 11-12-1885.

30 Idem, 7-11-1888.

a Lafayette constituía de fato, da parte do governo, uma tentativa de “produzir a debandada nos arraiais republicanos” e que o alvo fora atingido, pois a nomeação “levou o desânimo a muitos”.

Os jornais republicanos que durante esse período saíram a lume gozaram também de existência efêmera – uma segunda “A República”, “O Amigo do Povo”, a “Gazeta da Noite”, o “Combate” etc.; de modo que se pode mesmo dizer, com José Leão, que “aparentemente desaparece a agitação republicana”³¹ ou, com Christiano Ottoni, que durante 16 anos mal se percebeu na Corte qualquer movimento de opinião e, até 1887, se a ideia republicana “fazia algum caminho em São Paulo, era inteiramente sem dependência da ação do Centro”,³² sendo que na província do Rio não havia republicanos”.

Em 1885 cogitou-se da formação da União Federal Republicana na capital do país, mas só em 1887 se realizou, tendo lugar o Congresso Republicano Federal, na Corte, que elegeu uma comissão para centro diretor do partido, composta de Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva e Aristides Lobo, e que publicou a lei orgânica da mesma União.³³

Nesse tempo que medeia entre o aparecimento do Manifesto Republicano – 1870 e a proclamação da República – 1889, não persistiu, pois, na Corte, um partido republicano organizado.

No dia 20 de dezembro de 1870, Américo de Campos, secretário do Clube Radical da capital paulista, comunicava ao Rio a transformação deste em Clube Republicano, aderindo inteiramente ao Manifesto já lançado.³⁴ Do interior da província de São Paulo, a primeira manifestação, coetânea com a da capital, veio de Piracicaba, onde

31 José Leão, ob. cit., pp. 114-115, 157.

32 C. Ottoni, ob. cit., pp. 77, 78.

33 “A Província de S. Paulo”, 11-12-1885 e 19-8-1887.

34 José Maria dos Santos, *Os Republicanos paulistas*, pp.89-109; Américo Brasiliense, ob. cit., p.101; José Leão, ob. cit., p.156.

14 cidadãos, capitaneados por Manoel de Moraes Barros, enviaram uma mensagem de completa solidariedade ao novo partido da Corte.³⁵ Transformaram-se em Clubes Republicanos os Radicais existentes na província.

A 17 de janeiro de 1872, Américo Brasiliense, já então chefe republicano, convidou seus correligionários para uma reunião em sua casa, durante a qual se assentou a fundação do Partido Republicano Paulista, o qual, de acordo com as convicções federalistas, não seria ramo nem seção do Partido Republicano ainda existente na Corte e sim um partido autônomo, que reuniria os clubes republicanos da capital e do interior da província; todavia, estes clubes republicanos conservariam entre si “igual independência, imagem viva da autonomia municipal”,³⁶ que era uma das reivindicações do partido.

Decidiu-se que uma solenidade marcaria o início dos trabalhos da nova agremiação; inaugurando-se por aquela época a linha férrea da Companhia Ituana, o que daria lugar a festas e comemorações, foi a cidade de Itu escolhida para a convocação, pois não só “permitia um concurso numeroso de correligionários”³⁷ como as cerimônias da inauguração da estrada, com a presença do presidente da província e demais autoridades, realizando-se no mesmo momento da convenção republicana, dariam a esta reunião um certo sabor de desafio; os republicanos se afirmavam em plena luz meridiana, nas barbas do governo vigente. O atentado sofrido pelo jornal “A República”, da Corte, que fora empastelado em princípio de 1873, – atentado de que era acusado o governo à boca pequena e que era também interpretado como uma ameaça aos republicanos³⁸ criava uma atmosfera de perigo, acentuando

35 José Maria dos Santos, ob. cit., p.109; Eugênio Egas, *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, p. 60; Silveira Peixoto, em *A tormenta que Prudente de Moraes venceu* transcreve o nome de todos, p.20.

36 A. Brasiliense, ob. cit., pp.105 a 109.

37 Américo Brasiliense, ob. cit., p. III.

38 Veja-se José Maria dos Santos, “Os Republicanos paulistas”, José Leão e Lúcio Mendonça, “Caricaturas”, p.63.

ainda mais o caráter de bravata e de repto às autoridades constituídas – caráter inconfessado, mas que ressalta das descrições da chamada Convenção de Itu.

Reuniu-se, pois, a Convenção a 18 de abril de 1873, dirigida por João Tibyriçá Piratininga, presidente do Clube Republicano daquela cidade, havendo grande concurso de republicanos, além dos republicanos devidamente eleitos pelas cidades de Itu, Jundiaí, Campinas, São Paulo, Amparo, Bragança, Mogi-Mirim, Piracicaba, Botucatu, Tietê, Porto Feliz, Capivari, Sorocaba, Indaiatuba, Belém de Jundiaí, Vila de Monte Mor e Jaú. O primeiro congresso ficou convocado para 1º de julho do mesmo ano.³⁹

Este primeiro congresso durou três dias, com a presença de delegados das 29 localidades, lançando manifesto sobre a questão servil e elegendo a primeira comissão permanente. Depois dele, com certa regularidade, continuaram a se realizar anualmente congressos, sempre no primeiro semestre, em abril ou maio, e deliberando sobre tudo que pudesse interessar à vida partidária.⁴⁰ Falharam nos anos 1875, 1876, 1877 e 1879, mas não porque houvesse acalmia nas atividades republicanas; é que nenhuma questão política de vulto aparecera que exigisse a reunião dos representantes; para tomar decisões partidárias rotineiras, a Comissão Permanente estava sempre a postos; esta nunca deixou de funcionar, constituindo o verdadeiro núcleo do partido.

39 Américo Brasiliense, ob. cit., pp. 112-113.

40 Eis as deliberações tomadas pelos diferentes congressos: 1873- questão servil; 1874- questão religiosa e projeto de bases para a organização republicana da província de São Paulo; 1878- atitude a ser tomada pelos republicanos diante do Gabinete de 1878, que incluía entre os ministros Lafayette Rodrigues Pereira, signatário do Manifesto de 1870; 1880- grande naturalização e concessão de direitos políticos aos católicos; 1881- definição do programa dos candidatos a deputado, que deve constituir um compromisso solene entre o candidato e o partido; 1882- reafirmação da autonomia dos distritos eleitorais dentro do partido; 1883- incremento da propaganda; 1884- questões internas e administrativas do partido; 1885- idem; 1886- idem; 1887- resolução de que se realizariam congressos republicanos distritais e atitude a tomar diante do separatismo paulista; 1888- atitude a ser tomada para com o 3º reinado, de franca hostilidade em todos os terrenos; 1889- reafirmação dessa atitude.

A prova de que o partido não se manteve inerte durante esse tempo, está em que justamente a partir de 1876 começou a participar das lutas eleitorais. Em 1876, apresentou pela primeira vez um candidato à Assembleia Provincial – o dr. Américo Brasiliense – que foi derrotado; e, concorrendo ao pleito de vereadores e juizes de paz, obteve vitórias em alguns pontos da província. Em 1887, apresentou seis candidatos à Assembleia Provincial, sendo eleitos três deles, os doutores Martinho Prado Jr., Cesário da Motta Jr. e Prudente de Moraes.⁴¹ No biênio 1882-1883, foram cinco os representantes republicanos à Assembleia Provincial: Campos Salles, Rangel Pestana, Prudente, I. Prado, Gabriel Pisa.

PRUDENTE JOSÉ DE MORAES BARROS
(1841-1902)

Nasceu em Itu, filho do lavrador e tropeiro José Marcelino de Barros. Morrendo o pai, a mãe Catarina, casou-se com José Gomes Carneiro. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo, mudou para Constituição (Piracicaba), onde advogou. Foi vereador nessa municipalidade pelo Partido Liberal. Ingressou no Partido Republicano Paulista em 1876. Foi deputado provincial nos períodos 1878-1879, 1881-1882, 1888-1889 e deputado geral em 1885-1886. No período republicano foi o 1º Governador de São Paulo. Eleito Senador, presidiu a Assembleia Constituinte. Foi o primeiro Presidente civil da República, de 1894 a 1898. Terminado o mandato, voltou para Piracicaba e reabriu a banca de advocacia. Foi um republicano histórico e propagandista da República.

A apresentação do primeiro candidato à Assembleia Legislativa, em 1876, deu lugar ao primeiro acordo eleitoral com que um dos partidos monárquicos, o Partido Conservador.⁴² De fato, conseguiu o PRP vencer eleições e enviar deputados à Câmara Provisória, na Corte, todas as vezes que entrou em conchavos com os partidos imperiais;

41 Américo Brasiliense, ob. cit., pp. 161, 163, 164, 166, 167 a 174.

42 José Leão, ob. cit., p. 157.

fazia o que se chamava então de “transação de votos”: “os eleitores de um partido, num determinado distrito, se comprometiam a votar em um candidato adversário, desde que, em outro distrito, os eleitores do partido oposto concordassem em fazer outro tanto” – o que não queria dizer que houvesse um entendimento em torno de programas ou de aspirações comuns e, sim, apenas o desejo exclusivamente pessoal de fazer certo candidato vencer, ou impedir a vitória de outro. “O Partido Republicano chegou a formar, em muitos anos de propaganda, um pequeno contingente eleitoral. Dispondo desses votos, em uma época em que predominava o conceito de que o voto do eleitor pertencia ao partido para qualquer fim, trocava-os com os dos outros partidos da monarquia”. E assim se tornou um aliado permanente ora do Partido Conservador, ora do Liberal, e às vezes dos dois⁴³ ao mesmo tempo, conforme os distritos e as esperanças de vencer.

Diante de um critério eleitoral que impossibilitava a representação das minorias nas Câmaras, pretendia o partido novo conseguí-la apesar de tudo e afirmar bem alto o direito que tinha de tomar parte nas deliberações legislativas; pois, de acordo com seus ideais, não era a “maioria numérica” que tinha de prevalecer, embora estatuída em lei, e sim a “representação proporcional”.⁴⁴ Sua justificativa dessas alianças era de que “partido novo, que se achava ainda, pode-se dizer em período de organização, tendo de lutar contra os dois partidos monárquicos, não podia almejar grandes êxitos, e se contentava em “revelar sua existência e união, e mostrar que considerava tão legítimo como o de seus contrários, o direito de concorrer às urnas”.⁴⁵ Este o fim que o norteou – mostrar sua existência, independente de grande eleitorado.

43 J. M. Camargo Aranha, *A primeira campanha eleitoral do PRP*, pp.5,6,7. José Leão, ob. cit., p.106.

44 “A Província de S. Paulo”, 27-3-1885.

45 Américo Brasiliense, ob. cit., p.161.

Os conchavos eram atacados e denunciados, ora pelos liberais, ora pelos conservadores, conforme a aliança se fazia com os conservadores ou com os liberais. A transação mais falada e mais acusada foi a da eleição para a Assembleia na Corte, que deu vitória a Campos Salles e Prudente de Moraes; tendo ambos conseguido votação para entrar em 2º escrutínio; nesta segunda eleição houve combinação com os conservadores, de tal modo que os eleitores republicanos do 1º e 4º Distritos votaram nos candidatos conservadores, enquanto os conservadores no 7º e 8º Distritos votavam nos republicanos. A vitória era legítima, escreve o comentarista da “A Província de S. Paulo”; embora indiretamente, republicanos é que tinham eleito candidatos republicanos.⁴⁶

Vozes republicanas isoladas já tinham soado na Assembleia da Corte e mesmo no Senado, mas eleitos pelos dois grandes partidos; todavia, era a primeira vez em que deputados republicanos se faziam eleger representando, na Câmara Geral, um Partido Republicano.

As combinações efetuadas pelo PRP diferiam das que se davam entre o Partido Conservador e o Partido Liberal em dois pontos: em primeiro lugar, não se tratava mais de combinações visando interesses pessoais de candidato sem envolver o partido, como efetuavam os candidatos monárquicos; as combinações só eram admitidas mediante a anuência do partido todo,⁴⁷ representado pela Comissão Permanente; em segundo lugar, só podiam se realizar para o 2º escrutínio, devendo os republicanos, em 1º escrutínio, votar fielmente nos seus candidatos.⁴⁸

46 “A Província de S. Paulo”, 11-4-1885.

47 J.M. de Camargo Aranha, ob. cit., p.9.

48 “A Província de S. Paulo”, 13-1-1886.

PROGRAMA DOS CANDIDATOS

Em 1881 os republicanos elaboraram o Programa dos Candidatos, que sintetizava a posição do partido e suas reivindicações, composto de 12 itens: a militância se faria por meios pacíficos; descentralização; instrução pública; liberdade de consciência e de cultos; transformação do trabalho agrícola; locação de serviços; capitais para a lavoura; naturalização e direito dos cidadãos; libertação dos escravos feita por cada província; reorganização das finanças; política externa pacífica; síntese do programa propondo as reformas dentro da legalidade. O novo edifício projetado pelos republicanos seria feito com base na ordem. Os candidatos republicanos se comprometiam a, se eleitos, pautarem sua ação pelos pontos estabelecidos no Programa.⁴⁹

Os candidatos monarquistas entravam em conchavos pessoais uns com os outros, sem que deles tomasse conhecimento o partido a que pertenciam; e tais arranjos podiam ser feitos em primeiro ou em segundo escrutínio, à vontade. Os republicanos interpretavam a mudança que introduziram como sendo um passo dado no sentido da moralização dos costumes eleitorais; era preciso que houvesse disciplina partidária, que o partido ligasse, vinculasse os membros entre si, que estes membros agissem politicamente somente com a anuência partidária e que as resoluções fossem tomadas por deliberação da maioria, para que de fato funcionasse o partido democraticamente. Justamente o contrário do que se observava nos partidos monarquistas, conglomerados de pessoas que agiam com grande liberdade individual – desde que essa liberdade não ferisse os interesses dos chefões, verdadeiros donos dos partidos.

Só o fato de condescenderem Partido Conservador e Partido Liberal em entrar em combinação com o partido novo demonstrava que este possuía um certo eleitorado; por pequeno que fosse, pesava na balança. A partir de 1885, a sorte pareceu não sorrir aos republicanos, nas

49 Lang, A.B.S.G. *A Propaganda Republicana na Província de São Paulo*, pp 60 a 64.

eleições; não conseguiram fazer nenhum deputado geral e o número de deputados provinciais decresceu; isto não constituía um índice de esmorecimento, pelo contrário; a crer nos artigos de “A Província de São Paulo”, estavam os monarquistas amedrontados com a força que iam adquirindo os republicanos e agora se uniam para enfrentá-los; os republicanos não teriam condições por si sós de eleger seus candidatos. Disputando novamente eleições gerais em seus distritos, Campos Salles e Prudente de Moraes saíam daí por diante sempre derrotados; vencia-os a coligação liberal-conservadora.⁵⁰ Somente conseguiram vitória nas eleições provinciais, sendo eleitos para 1888-1889.

Todavia, o PRP sentia-se com mais força e mais ambições: lançava-se, em 1887, à disputa de uma cadeira senatorial; Saldanha Maranhão, candidato, obteve 1.485 votos; no ano seguinte, nova vaga de senador, o candidato Francisco Glicério obteve quase o dobro de votos, 2.656.⁵¹ Por fim, na última eleição geral do Império, os monarquistas lançaram mão de todos os meios para anular os votos republicanos: coligações, corrupção, compra de votos, derrame de títulos e de empregos, ameaças e violências. Mas a vitória só foi possível com a aliança dos dois partidos monárquicos e com a subtração, pura e simples, dos votos republicanos em alguns distritos; apesar de todos esses obstáculos, registrou-se um aumento da votação republicana em São Paulo, em comparação com as eleições anteriores.⁵²

⁵⁰ “A Província de S. Paulo”, 16-2-1886, 28-2-1886; Felício Buarque, ob. cit., pp.78 a 82.

⁵¹ Felício Buarque, ob. cit., pp.79 a 82.

⁵² J.M. de Camargo Aranha, *A fundação d’ “A Província de S. Paulo”*; J. M. dos Santos, *Os Republicanos Paulistas*, ob. cit., p.162.

FRANCISCO GLICÉRIO DE CERQUEIRA LEITE
(1846-1916)

Nasceu em Campinas, uma infância humilde. Foi tipógrafo, professor de primeiras letras, escrevente de cartório e “advogado provisionado”, um autodidata. Aderiu ao Partido Republicano Paulista, foi um propagandista. Acompanhou as tratativas para a Proclamação, em uma reunião no Rio de Janeiro, com Deodoro e outros civis. Era então Presidente da Comissão Permanente do PRP. Em 1890, foi Ministro da Agricultura de Deodoro e recebeu a patente de General. Foi eleito deputado federal de 1891 a 1899, Senador da República de 1902 a 1916. Fundou e presidiu o Partido Republicano Federal, em 1893, com o objetivo de colocar um civil na Presidência.

A atividade partidária ressalta de todos os números de “A Província de S. Paulo”; este jornal foi o órgão do partido (não oficial, mas de fato) desde sua fundação em 1875. Até então, tinham os republicanos defendido suas ideias no Correio Paulistano; seu proprietário, Azevedo Marques, de republicano voltara às fileiras liberais e as colunas do jornal tinham se fechado aos seus correligionários. Cogitaram os republicanos de fundar um jornal próprio e, para fugir às possíveis perseguições e tentativas de empastelamento (de que já houvera exemplo na Corte), adotou o novo jornal uma atitude de neutralidade, colocando dois liberais entre os subscritores da empresa e proclamando “não ser órgão de partido algum, não estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer deles”. Mas Américo de Campos e principalmente Rangel Pestana, o mais persistente de seus redatores, davam a nota republicana nos artigos de fundo.

Ao folhear os velhos números amarelados, repara-se o destaque dado às notícias republicanas, que são publicadas duas ou mais vezes em locais diferentes da mesma edição (notícias de adesões). José Leão, republicano nortista, pouco amigo de seus correligionários paulistas, historiando a propaganda republicana, escreve que este jornal “fez carreira através de todo o obstrucionismo imperialista”, prestando mais

serviços à propaganda, do que todas as reuniões, convenções e congressos; e, enquanto outros periódicos, principalmente na Corte, noticiavam o número de adeptos saídos de ambos os lados monárquicos.⁵³

AMÉRICO DE CAMPOS
(1838-1900)

Nascido em Bragança Paulista, formou-se pela Academia de Direito de São Paulo. Jornalista, defendia pela imprensa os ideais abolicionistas e republicanos. Foi redator e diretor do Correio Paulistano de 1865 a 1874. Fundou, com Rangel Pestana, o jornal A Província de São Paulo. Foi membro da Convenção de Itu.

Parece-me suficientemente demonstrada a existência do PRP de 1873 a 1889 como partido organizado; a realização dos Congressos anuais, o funcionamento ininterrupto da Comissão Permanente, regularmente eleita todas as vezes que se reunia o Congresso, os vínculos fortes que ligavam os deputados eleitos ao partido e que os obrigava à prestação de contas de seu mandato,⁵⁴ os conchavos com os outros dois partidos, as eleições de vereadores, juízes de paz, deputados provinciais e gerais, a existência de eleitorado, a manutenção de um jornal, tudo afirma que o partido persistiu durante todo esse tempo. O aumento de seus quadros foi lento nos primeiros anos; em fins de 1885, com a queda dos liberais, as adesões cresceram inesperadamente de volume, mantendo-se num ritmo muito mais acelerado do que o que tivera até então e persistindo nele até a proclamação da República. Desde sua fundação até a proclamação da República, manteve-se, pois, o PRP em seus postos, sem desfalecimentos, procurando não só aumentar o número de correligionários e incentivar a propaganda, como tomar

53 José Leão, ob. cit., pp. 106, 156-157

54 Veja-se os compromissos entre os deputados e o partido em 1881 “A Província de S. Paulo”, 10-5-1881, notícia sobre o Congresso Republicano daquele ano.

parte na direção dos negócios da província e do país através do legislativo; em minoria durante o Império, sempre afirmaram seus chefes, com energia, o direito à representação nos órgãos deliberativos nacionais; e as combinações que se estabeleciam com os velhos partidos tinham por fim “corrigir a lei”, de modo a conseguir a representação que reclamavam.

O mesmo não se dera no resto do Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul, onde em 1883 foi tentada a fundação do PRR (Partido Republicano Riograndense) sob a chefia de Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Henrique Chaves, Venâncio Ayres, Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcellos e Antão de Faria, todos recém-formados na Academia de Direito de São Paulo;⁵⁵ a organização copiou a então existente na província paulista, onde já contava dez anos de existência. Todavia, quando em 1888 reuniram-se em clube os republicanos de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, declararam sua adesão... ao Partido Republicano Paulista;⁵⁶ é que na verdade, o PRR não teve os êxitos do PRP, nem em organização, nem em eleições, nem em propaganda e disseminação das ideias.⁵⁷ A crer nas adesões e nas listas de organizações de novos clubes que “A Província de S. Paulo” diariamente publicava deliciada, o Rio Grande do Sul manteve-se indiferente à enxurrada republicana pós-abolicionista; apesar de ‘um pequeno mas forte contingente desses

55 “A Província de S. Paulo”, 8-4-1883. São estas as palavras da Convenção Republicana do Rio Grande do Sul: “A convenção reconheceu a inevitável influência das boas práticas do PRP na conduta do PRR. De fato dá evidente testemunho a adaptação das bases referidas (bases da organização do PRR) que, ligeiramente modificadas, são as do valente núcleo de companheiros reunidos na Convenção de Itu”.

56 Idem, 8-7-1888.

57 João Maia, republicano rio-grandense, no seu livro “História do Rio Grande do Sul” escreve que “até o ano de 1882 as únicas manifestações do não desaparecimento da ideia republicana na província consistiam em um ou outro isolado protesto nas urnas eleitorais, no lançamento de efêmeras publicações jornalísticas e na fundação de resumidos clubes, estacionários, quando não inviáveis (p. 209), sendo o Partido efetivamente fundado por “um grupo de rapazes de talento, recém, formados na Academia de Direito de São Paulo em 1884”.

moços cheios de fé e coragem” que todos os anos saía da Academia de Direito de São Paulo e regressava a seus pagos, a propaganda republicana não avassalou a província nos nove anos que mediaram entre seu aparecimento e a proclamação da República. A província apresentava um forte colorido liberal;⁵⁸ concorria para impedir a difusão do republicanismo, na opinião de José Maria dos Santos, a grande popularidade de Silveira Martins, líder liberal da província,⁵⁹ - persistindo ali, mesmo depois da república, uma forte maioria convicta da superioridade parlamentar, o que deu lugar às lutas que tisonaram os primeiros anos republicanos. E a posição dos jovens propagandistas (chefes do governo estadual após a proclamação), de resistência à massa hostil, explicaria também a firmeza, a tenacidade, a permanência de suas concepções positivo-republicanas, que não se diluíram em contatos ou em comprometimentos com adversários, ao contrário do que se deu nas demais províncias do Brasil. Os chefes republicanos da linhagem gaúcha se distinguiram sempre dos outros republicanos brasileiros por um conceito especial de república – compreendido o governo desta como uma ditadura positiva e científica.

Em Pernambuco, o movimento foi insignificante. Em 1883, ponto mais alto da “expansão extraordinária do jornalismo recifense”,⁶⁰ dentre os 75 jornais e pasquins que ali se editavam, raros eram republicanos. Felício Buarque indica, para 1872, a existência de um clube republicano e dois jornais em Recife; mas foram provavelmente efêmeros; ⁶¹ se este clube durou até 1887, não encontramos indicações de grande proselitismo, podendo em 1885 Aquino Fonseca, escrevendo da Corte a um correligionário de Recife, dizer que eram tão poucos os republicanos recifenses que se tornava impossível a organização de um

58 Almeida Nogueira, *A Academia de S. Paulo*, pp 107,108, v.1

59 José Maria dos Santos, *Política Geral do Brasil*.

60 Estevão Pinto, *Pernambuco no Século XIX*, p.145.

61 Felício Buarque, *Origens Republicanas*, p. 49.

partido...⁶² O Congresso Republicano de Recife, cuidando da organização do partido, só se reuniu a 10 de dezembro de 1888.⁶³

Minas também só formou partido em 1888; as veleidades anteriormente manifestadas foram anuladas “pelos liberais com suas promessas de afagos”.⁶⁴ Os núcleos republicanos existentes se mantinham isolados, sem ligação entre si; alguns chegaram a eleger representantes à Assembleia Provincial e Geral; em 1884, além de Campos Salles e Prudente de Moraes, eleitos por São Paulo, fora em Minas eleito o republicano Álvaro Botelho. Este, todavia, representava o núcleo republicano de seu distrito eleitoral e não de um Partido Republicano Mineiro, que só se organizou em 1888. Os núcleos mineiros, desde a fundação do Partido Republicano Paulista, a ele aderiram (no que eram seguidos pelos do Rio Grande do Sul e até de Pernambuco).⁶⁵ Em 1889, antes da Proclamação da República, escrevendo a Rangel Pestana, o chefe mineiro, Dr. João Pinheiro, agradecia o encorajamento que os republicanos paulistas dispensavam aos mineiros e que fora “muito bom, nós aqui que surgimos há pouco temos necessidade destas sagrações dos velhos batalhadores” (1º Centenário, p. 139)

As três províncias que sempre reclamaram para si honras de fortes tradições republicanas, uma fazendo valer os Farrapos, outra a lembrar Frei Caneca, a terceira com a Inconfidência Mineira, não apresentaram, pois, a formação de um partido republicano como se notou em São Paulo. Uma explicação do PRP pela simples filiação histórica depararia, perplexa, com esta incongruência, agravada pelo fato da

62 “A Província de S. Paulo”, 4-12-1885.

63 Felício Buarque, ob. cit., p.53.

64 “A Província de S. Paulo”, 28-2-1884.

65 “A Província de S. Paulo”, 22-3-1879, 28-2-1884, 30-4-1885 e as adesões dos anos de 1888 e 1889 para Minas; 8-7-1888 para o Rio Grande do Sul; 10-8-1888 para Pernambuco.

Revolução paulista de 1842 em absoluto não ser republicana, muito pelo contrário.⁶⁶

No resto do Brasil, foi depois da abolição que se intensificou o movimento republicano, o que é confirmado pelo estudo de Oliveira Viana sobre núcleos e jornais republicanos no ano da proclamação, 1889. Possuía o Brasil, por essa ocasião, 74 jornais republicanos, 21 deles em São Paulo; seguiam-se Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com 11 cada um. O sul do país contava com 54 periódicos republicanos para vinte apenas do norte.⁶⁷

Quanto aos núcleos e clubes, eram 237 para o país todo em 1889, existindo 204 no sul e somente 33 no norte. Minas se avantajava a São Paulo em 1889, enquanto em São Paulo são noticiados apenas dez.⁶⁸ Dada a coincidência com a assinatura da Lei Áurea, em maio de 1888, vemos que a reação de Minas, provocada pelo despeito dos escravocratas, foi muito mais violenta do que a de São Paulo.

Incoesão, desorganização, inorganização, eis como Oliveira Viana caracterizou o que se passava com os republicanos brasileiros até às vésperas da proclamação da República. Só São Paulo escapava do quadro, pois seu partido, devidamente organizado, disputando eleições, via correr seu 16º ano de existência. A própria Corte, de onde partira em 1870, o primeiro Manifesto e onde houvera então “um sopro de republicanismo sem igual”, não escapava à inércia; e se reconhecia unanimemente que “por muitos anos o movimento republicano de São Paulo não teve eco na grande cidade que é o centro de toda a nação”.⁶⁹

66 Christiano Ottoni, ob. cit., p.69 – Euclides da Cunha, *À margem da História*.

67 Oliveira Vianna, ob. cit., pp.112-113.

68 As fundações de núcleos republicanos a que nos referimos são encontradas na “A Província de S. Paulo”, nas seguintes datas: Minas, 7-6, 5-7, 11-7, 14-7, 31-7, 17-8, 23-8, 24-8, 5-9, 21-10 de 1888, 1-3 e 1-5 de 1889; São Paulo, 12-6, 5-7, 21-7, 2-8, 4-8, 5-8, 9-11 de 1888, 1-1 e 20-6 de 1889.

69 “A Província de S. Paulo”, 11-6-1879.

Averiguada a existência de um Partido Republicano em São Paulo, sem imitação no Brasil, a não ser nove anos mais tarde (pois o PRP é de 1873 e o PRR de 1882), cabe indagar o que pode ter causado este fato.

As explicações que têm sido dadas encaram o problema de maneira geral no país todo, confundindo o desenvolvimento dos ideais republicanos com o germinar do Partido Republicano no interior paulista. Se, porém, ambos ao nascer estão presos ao Manifesto de 1870, a evolução do PRP foi inteiramente autônoma em relação ao que se processou em outros pontos, como vimos pelo rápido esboço de suas atividades, não sofrendo influências das flutuações pelas quais passava a ideia republicana na Corte e nas outras províncias, entibiada pelos ataques da monarquia, sob a forma de violência, de lisonja, de afagos, de concessões;⁷⁰ formou-se e persistiu o PRP a ponto de, antes de 1884, não só poder ser apelidado de “pujante organização partidária”, como conseguir se fazer representar, também antes daquela data, na Assembleia Provincial e na maioria das Câmaras Municipais do interior.⁷¹

As correntes de ideias da época, a abolição, a questão militar, se explicam a proclamação da República, explicarão também a existência e a persistência deste partido na Província de São Paulo, quando mesmo na Corte, centro muito mais adiantado que qualquer outro no país, na época, apenas surgiam núcleos isolados e efêmeros.

Fala-se sempre na onda de federalismo e republicanismo que avassalava então o mundo europeu; na França se instalara a 3ª República; na Espanha caíra a monarquia; os estados da Península Italiana acalentavam aspirações tanto de república quanto de federação; sempre associadas e se erguendo contra o fantasma da monarquia centralizadora. Por toda a parte a ideia monárquica era oposta à ideia de federação; e

70 “A Província de S. Paulo”, 28-2-1884; Christiano B. Ottoni, ob. cit., pp 77 e 78.

71 Idem, 28-2-1884.

como base do estado político era apontada a comuna autônoma, que se governaria e administraria a si mesma, de acordo com suas tradições e particularidades.⁷² Monarquia e centralização eram o passado, o anacronismo; a república e a federação eram sinônimos de progresso.

O progresso dos Estados Unidos, país novo, republicano e descentralizado, contribuía para aumentar o prestígio da república e da federação; na Exposição Universal de 1867 em Paris, figuravam pavilhões industriais que mostravam que aquela nação já competia, em equipamento, com ingleses e franceses, que até então tinham liderado a indústria; o restante da América voltava para eles olhos invejosos, considerando-o modelo a ser seguido: grandes negócios, estradas de ferro, telégrafo, maquinismos, enormes empresas, eis o símbolo da civilização!

O mesmo progresso parecia prometido à Argentina, de onde Quintino Bocayuva regressara impressionado com o avanço material e cultural, que atribuía ao regime republicano, contrapondo-o à morosidade da monarquia brasileira em resolver problemas e tomar decisões. Em princípios de 1870 este jornalista realizara uma série de conferências sobre as repúblicas platinas, que foram muito concorridas e que constituíram verdadeira pregação republicana, acentuando o aspecto de exceção que apresentava nas Américas Republicanas o Império Brasileiro.⁷³ Não é de estranhar que bradasse o Manifesto de 3 de Dezembro: “Somos da América e queremos ser americanos”.

A esta exacerbação do americanismo se juntava o exemplo da França – luzeiro do mundo – onde se instalava a 3ª República. A consciência política do brasileiro nasceu sob o bafejo das ideias que orientaram a Revolução Francesa; e era muito do gosto dos republicanos tra-

72 Os republicanos paulistas também achavam impossível a união monarquia-federação; veja-se discurso de Prudente de 15-9-1885.

73 José Maria dos Santos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, pp. 64 a 66; José Leão, ob. cit., p.117.

çar paralelismos entre os movimentos franceses e os nossos, mostrando como acompanhávamos de perto a nação no momento tida pela mais civilizada do globo; propagandistas da República, como Campos Salles, Quintino Bocayuva, Quirino dos Santos, ou escritores como Oscar d’Araújo, lançaram mão várias vezes dessas comparações, mas o trecho mais característico é de Silva Jardim: “Ao 1789 francês mostramos que eram já nossos também os resultados do progresso ocidental, e apresentava a República que aureolava a cabeça de Tiradentes em bendito holocausto; ao 1830 na revolução de julho, oferecemos o banimento do déspota e do devasso, e o baquear de uma tirania; ao 1848 com Luiz Felipe! O avô do expatriado! O corpo de Nunes Machado tinha banhado em sangue perante os muros da Veneza Colombiana; ao 1870, ascensão da República e queda do mesquinho descendente do déspota maldito, o reerguer-se do partido republicano...”⁷⁴

Monarquistas e republicanos reconheciam a forte influência da França sobre a política brasileira. A Lei do Ventre Livre, por exemplo, fora fortemente influenciada por uma moção enviada em 1866 pela elite intelectual francesa a Pedro II, pedindo a libertação dos escravos; violentando a opinião pública, pois “a emancipação não era uma aspiração nacional”, Pedro II, que meses antes, sem mostrar interesse, engavetara os projetos do Visconde de São Vicente sobre a questão, tomou a peito promover-la; somente em 28 de setembro de 1871 achou que conseguira seu objetivo, com a lei de Paranhos, que – lei de compromisso – com uma mão satisfazia a visão humanista dos sábios franceses (não nascerão mais escravos no Brasil) e com a outra aquietava os fazendeiros (não tocando na propriedade existente)⁷⁵; insuficiente e desvirtuada na sua aplicação, não deixava a Lei do Ventre Livre de ser o primeiro passo na direção de reformas econômicas e políticas importantíssimas para o país. Por outro lado, dizem que o velho Nabuco, ao

74 José Leão, ob. cit., pp.192-193; ver também p.111.

75 Christiano B. Ottoni, ob. cit., pp.20 a 25; Felício Buarque, ob. cit., pp.144 a 146.

saber do Manifesto Republicano de 1870, exclamara: “Não é a primeira vez que a França, vencida pelas armas, fica vencedora pelas ideias!”⁷⁶ – referindo-se ao revés da guerra de 1870, que permitira a instalação da 3ª República naquele país e que teria influenciado o aparecimento do Manifesto brasileiro.

Mas se estas influências foram decisivas para o lançamento do Manifesto Republicano – juntamente com os sucessos internos que aumentavam entre os republicanos o desejo de cavar, uma vez por todas, um fosso entre eles e o velho partido liberal, – que não explicam porque só em São Paulo persistiu um partido organizado. Era muito mais natural que tal se desse na Corte, onde se erguera a primeira efervescência e que era, indiscutivelmente, não só o centro intelectual do país na época, mais atingido pelas influências da ideologia estrangeira, como talvez o único centro em que se manifestava um modo de vida mais cosmopolita e de hábitos mais “modernos”.

Sob estes influxos variados houve um surto de republicanismo no Brasil todo, segundo os mais diversos testemunhos; clubes, conferências, panfletos apareciam no Rio, em São Paulo, Minas e em Recife; mas eram agitações efêmeras que logo assentavam, sob o sopro resfriador ou dos favores imperiais, ou das ameaças.⁷⁷

Apesar das promessas, apesar das ameaças, em São Paulo formou-se o partido e persistiu a partir de 1873. O que é preciso é não confundir a disseminação do ideal republicano com a persistência do PRP. Se a primeira se dava ao acaso das influências, a segunda era um fato planejado e sistematizado, apresentando-se como resultado de um pensamento objetivamente orientado.

76 J. P. Rodrigues Alves. *Gênese da ideia republicana no Brasil*. Santiago do Chile, 1933, p.82.

77 José Leão, ob. cit., pp. 106, 156,157. “A Província de S. Paulo”, 28-2-1884,

A educação da mocidade nas Academias tem sido outro fator de grande importância, apontado na disseminação do ideal republicano. E o foi realmente.

ACADEMIA DE DIREITO DE SÃO PAULO

Foi criada em 1827 por Decreto Imperial, juntamente com a do Recife. Suas atividades tiveram início em 1º de março de 1828, no Convento de São Francisco. Foi um pilar fundamental para o Império, formando governantes e administradores públicos. Uma sociedade secreta, a Bucha, (inspirada nas Burschenschaften – Confraria de Camaradas dos estudantes alemães), fundada por Júlio Frank, congregava estudantes e teve grande influência no II Reinado e na Primeira República. Inúmeros políticos brasileiros passaram pelos bancos da Academia de Direito de São Paulo.

Onde o sistema republicano teria encontrado “os seus adeptos mais fervorosos era na classe dos estudantes, entre os bacharéis novatos e entre os cadetes filósofos da Escola Militar”. Estes jovens e “os elementos mais novos e inquietos das elites urbanas” teriam composto o partido republicano.⁷⁸ É a opinião de Oliveira Vianna, geralmente aceita. A mania do bacharelato que domina até hoje a vida do brasileiro, colocava, durante o Império, os filhos dos fazendeiros, de comerciantes, todos ambiciosos que buscavam o diploma como meio de subir socialmente, em contato com pensamentos novos, com as correntes culturais dominantes na época; este fato teria dado à juventude mentalidade diferente de seus maiores monarquistas – um republicanismo impregnado de cientificismo, que aqueles “letrados inexperientes, cheios de entusiasmo juvenil”⁷⁹ teriam saído a apregoar pelo país.

78 Oliveira Vianna, ob. cit., pp. 116-117 – Felício Buarque, ob. cit., p.

79 Idem, p. 116.

No entanto, o que é uma verdade geral para a difusão do republicanismo no país, pois em São Paulo também estudavam jovens de todas as províncias, sê-lo-á no nosso caso particular – o Partido Republicano Paulista? A análise dos componentes deste partido, de seus primeiros chefes, nos poderá dar a resposta.

De fato, era de bacharéis a maioria dos nomes mais em evidência no PRP: Américo Brasiliense, Rangel Pestana, Campos Salles, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Martinho Prado; eram moços cuja idade, em 1873, oscilava entre 23 e 37 anos.

Todavia, não podemos afirmar que o PRP se formara de “bacharéis novatos” sem antes saber qual era o conceito na época, de homem moço e de homem velho; apoiada em base biológica para as grandes distinções, infância, idade adulta, velhice, é a idade, em relação às subdivisões, antes um conceito sociológico que varia com o grupo, o tempo e o lugar; com que idade era um indivíduo considerado um “homem maduro” ou um “moço cheio de entusiasmo juvenil”, é questão que talvez possa ser esclarecida através de memórias e dos romances da época.

Antes de verificarmos as idades nos romances, não devemos esquecer de que já existe um estudo sobre o assunto – o de Gilberto Freire, em alguns capítulos de ‘Sobrados e Mocambos’, especialmente em “O pai e o filho”, “O brasileiro e o europeu”, “Ascensão do bacharel e do mulato”. Segundo Gilberto Freire, o 2º Império registrou a vitória do bacharel sobre o senhor patriarcal, do moço educado sobre o velho carrança; como, porém, estávamos numa sociedade patriarcal, embora os moços fossem substituindo os velhos na administração pública, na política, “tamanho é o prestígio do homem feito (...) que o menino, com vergonha da meninice, deixa-se amadurecer, morbidamente, antes do tempo”⁸⁰. D. Pedro II favoreceu os moços contra os velhos “por uma espécie de solidariedade de geração, de idade, de cultura intelec-

80 Gilberto Freire, *Sobrados e Mocambos*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1936, p.87.

tual”, entregando-lhes “cargos outrora só confiados a velhos de longa experiência da vida” e anulando a resistência natural dos mais velhos.⁸¹ “E na presidência das províncias, nos ministérios, na Câmara, foram aparecendo bacharéis de vinte e poucos, vinte e tantos anos, trinta anos, as suíças e barbas mal conseguindo dar a impressão da idade *provecta*”,⁸² devendo-se registrar também que esses moços-velhos, curvados desde muito cedo sobre os livros, se apresentavam, como velhos de fato, crivados de achaques – “aos dezesseis anos já tinhas suíças de fazer medo à gente; aos vinte já estavam calveando ou encanecendo, aos vinte e cinco padecendo de gastrites, interites, bronquites etc. e muitos morrendo bem velhos na idade de trinta anos”.⁸³ Esta substituição dos velhos pelos moços é considerada pelo autor como um dos sinais da decadência que então se processava no patriarcado rural do Brasil, pois tinha como consequência a diminuição do respeito pela velhice, a valorização da mocidade, o declínio de autoridade paterna. Para derrubar os velhos, fizeram-se os moços de velhos – e auxiliados por esse velho precoce que foi Pedro II, atingiram seu alvo.

Perguntamo-nos até que ponto terá Gilberto Freire razão, até que ponto estaria julgando os conceitos de moço e de velho com olhos do século XX. O certo não é dizer que os moços envelheciam rapidamente para tomar lugar na vida pública; na verdade, eram as imagens de moço e de velho existentes na sociedade, imagens vivas, reais, que obrigavam homens menores de 30 anos que hoje chamaríamos de moços, a ostentar respeitáveis barbaças e a agir com a circunspeção e a ponderação que, hoje também, nos parecem inerentes aos 50 anos. A representação coletiva com respeito à idade, no século XIX, era diferente da que atualmente nos é peculiar.

81 *idem*, p.107.

82 *idem*, pp.III, II2.

83 *idem*, p.107.

Passando em revista os presidentes de São Paulo, de 1870 a 1880, – foram 8 – e a época em que ingressaram na política, veremos um deputado aos 26 anos, outro aos 30, um ministro do Império aos 32 e outro aos 38 anos.⁸⁴

Nos romances de Macedo e Alencar, mocidade e velhice estão bem caracterizadas. A idade da inexperiência, das paixões, dos entusiasmos, é a idade dos estudantes estouvados e das mocinhas românticas, de Augusto e da Moreninha, do romance de Til, dos 15 aos 21 anos. Em *O Tronco do Ipê*, Mário, voltando da Europa onde se formara, apresentava-se, aos 20 anos, como um homem de feições graves, ao qual atribuem intenções de se candidatar a deputado nas eleições daquele ano;⁸⁵ na *Moreninha*, o pai de Augusto que tem 50 anos, é descrito como se fora um patriarca⁸⁶. O preto Raimundo, em *Iaiá Garcia*, tinha 50 anos e era “forte apesar de seus largos anos”.⁸⁷ Nos romances de Machado de Assis, de Aluísio de Azevedo, de Júlia Lopes de Almeida, o galá já é mais velho, não tem o verdor dos estudantes de Macedo, mas se apresentava, aos 25 ou 26 anos, com a sisudez e a gravidade da idade madura.⁸⁸ Não havia nisso fingimento nem artificialidade: eles eram de fato, naquela idade, sérios, prudentes e respeitáveis porque modelados de acordo com o estereótipo vigente.

Os chefes republicanos paulistas, em 1873, advogados com banca estabelecida havia tempo, médicos de clientela, não podiam mais, quando se fundou o partido, ser caracterizados de “bacharéis novatos”.

84 Eugênio Egas. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, vol. I, Publicação Oficial do Estado de São Paulo, 1926, pp.441,453,465. Antonio da Costa Pinto e Silva foi deputado aos 26 anos; Laurindo Abelardo de Brito aos 30; o Barão de Pinto Lima foi Ministro da Marinha em 1864 com 32 anos; José Fernandes da Costa Pereira foi Ministro aos 38 anos.

85 José de Alencar, *O Tronco do Ipê*, pp 137, 177.

86 J. M. Macedo, *A Moreninha*, pp.289, 293, 295, 305 etc. Atente-se mais para a descrição de um velho (p. 113): “jazia moribundo um ancião de 50 anos”.

87 Machado de Assis, *Yaiá Garcia*, p.5

88 Veja-se de Machado de Assis, *Helena, A mão e a luva*; de Aluísio de Azevedo, *O mulato*; de Júlia Lopes de Almeida, *A família Medeiros*.

Não eram uns recém-formados. Alguns deles já tinham ocupado cargos públicos, como Prudente de Moraes e Campos Salles, deputados liberais à Assembleia Provincial em 1868, sem falar em Américo Brasileiro que, “elemento altamente acatado do Partido Liberal”, fora presidente da Paraíba em 1866, deputado por São Paulo à Câmara Provisória de 1867 a 1869, presidente da província do Rio de Janeiro em 1868 – posto que abandonou nesse mesmo ano, com a queda do gabinete de Zacarias de Góes e dos Liberais, para se unir aos radicais primeiramente e depois aos republicanos.⁸⁹

A fundação do partido em 1872, não era pois fruto de entusiasmos juvenis. Nem seus aderentes foram exclusivamente os moços e os estudantes. Nos Congressos Republicanos realizados cada ano, não vinham como representantes dos diferentes núcleos municipais jovens turbulentos da Academia; vinham fazendeiros, advogados, médicos, capitalistas, todos já de vida feita, os Luiz Pereira Barreto, os Bernardino de Campos, os João Tibyriçá Piratininga, os João Tobias de Aguiar e Castro, os major Diogo Antonio de Barros etc. etc. No Congresso de 1881, por exemplo, tendo comparecido 35 delegados, apenas dois eram acadêmicos.⁹⁰ O caráter de maturidade do PRP se acentuou em 1886, com a queda dos Liberais e a adesão de grande quantidade de velhos chefes políticos daquela coloração, no interior; descontentes, para começar, com a falta de cumprimento de promessas por parte dos ministros do seu partido, em segundo lugar com a mudança de situação e por fim com o comportamento de seu partido nas eleições que sucederam a essa mudança, abandonaram-no...⁹¹

89 José Maria dos Santos. Os republicanos paulistas e a Abolição, p.102.

90 “A Província de S. Paulo”, 11-5-1881.

91 Veja-se *A Província de S. Paulo*, a partir de 1886: a 12-12, por exemplo, a adesão do major Antonio Gaudino de Oliveira, liberal; a 31-10, a adesão de dois chefes, conservador e liberal, de Rio Bonito em 1885; em 1886, em Santa Rita do Passa Quatro, adesão de 2 fazendeiros; 5-2; adesão do chefe liberal de Batatais, tenente-coronel Boaventura Ferreira da Rosa, 9-7 – etc. etc.

Havia sim, um Clube Republicano Acadêmico, do qual fizeram parte notadamente os moços rio-grandenses que, formados, fundaram em 1884, O Partido Republicano do Rio Grande do Sul; mas as atividades deste clube, se paralelas às do Partido Republicano Paulista, não se misturavam com as deste, nem o Clube elegia representantes aos Congressos Republicanos.⁹² Dada a desvalorização do conceito de moço, tão bem apontada por Gilberto Freire, esta atitude dos republicanos era muito compreensível: seu partido era um partido sério, na direção do qual não cabiam estouvamentos de estudantes.

Se não eram novatos, também não eram exclusivamente bacharéis os republicanos do PRP, nem foi o bacharelismo o responsável pela formação do partido. O bacharelismo era responsável sim, pela formação de muitos políticos militantes. Assim, a maioria dos políticos da época, quer pertencessem ao Partido Liberal quer ao Partido Conservador, eram formados ou em Olinda, ou em São Paulo; percorramos novamente os presidentes da província de São Paulo que se sucederam de 1870 a 1889 – entre eles, que foram 18, apenas dois eram médicos, todos os outros bacharéis.⁹³

Por isso, publicava “A Província de S. Paulo” uns artigos, em 1878, que culpavam os bacharéis pelo descabro em que ia a política, pois formavam uma classe de políticos profissionais, figurões que iludiam os fazendeiros com palavras bonitas e que constituíam, na verdade, parasitas dos fazendeiros e do tesouro; era preciso que os fazendeiros formassem um partido só de fazendeiros, para poderem melhorar as coisas. O artigo de fundo de 15-6-1878, reconhecia que ia pelo Império uma grita contra os bacharéis de direito, a eles sendo atribuídos todos os males do país; no entanto, todas as classes eram culpadas pela

92 Ver “A Província de S. Paulo”; as notícias do PRP e do Clube Republicano Acadêmico são completamente separadas e não é dada grande importância ao segundo, enquanto o primeiro ocupa a primeira plana.

93 Eugenio Egas, ob. cit.

situação; se os bacharéis ocupavam os cargos públicos, era porque os membros das outras classes cediam-lhes as posições e retraíam-se por comodidade, para cuidarem sossegados de seus interesses pessoais.⁹⁴ A “mística do bacharel”, como lhe chama Gilberto Freire, teve o seu apogeu na segunda metade do século XIX; a onda dos bacharéis ocupou então as posições-chave da política imperial: A política dessa época é uma política de bacharéis e esse fator geral, se influencia o PRP, não é seu fator causal.

Também não podemos apontar como causa a educação superior. Recife, Bahia, o Município Neutro (atual Distrito Federal) eram também centros de estudos superiores; mas a semente republicana pertencia, quase que especificamente à Academia de São Paulo; em nenhuma das outras capitais, apesar da existência de suas faculdades, houve uma continuidade e harmonia nas atividades republicanas que permitisse a fundação e funcionamento de partido; como vimos, “os dois centros universitários do Norte – Bahia e Pernambuco – davam apenas, respectivamente, dois e seis núcleos do partido (republicano) – o que é nada, se considerarmos a grande importância política e econômica dessas duas províncias do Império”,⁹⁵ observa Oliveira Vianna. No entanto, Pernambuco era, nessa época, o centro de uma renovação intelectual importantíssima com a Escola de Recife. Estes dados se referem a 1889 – e os núcleos paulistas datavam de 1870, organizando-se o partido em 1873. Vimos já como a Corte, depois do Manifesto de 1870, também permaneceu inerte; nem as pregações de Lopes Trovão nos meios civis, nem as de Benjamin Constant nos meios militares, conseguiram levar os adeptos a fundar um partido.

Entenda-se bem, quando falamos em inércia, não queremos em absoluto dizer que tivesse estacionado, nessas cidades, a propaganda republicana; esta existia, mas inorganizada e assistemática. A simples

94 “A Província de S. Paulo”, 9-5-1879, 25-5-1879, 15-6-1879.

95 Oliveira Vianna, ob. cit., p.115.

disseminação de ideias, porém, não implica em sua adoção; muito menos em se arvorarem em bandeiras de reivindicações. Somente a adoção de número regular de adeptos é que poderia levar, naturalmente, à formação do partido (e a falta deste em Recife, por exemplo, era justamente atribuída ao escasso número de republicanos). Era preciso mais alguma coisa, além da mera difusão, para que as ideias republicanas deixassem o limbo, e se transformassem em mola de atividades politicamente produtivas, como se dera em São Paulo.

Mocidade e bacharelismo não explicam, pois, a existência do PRP em São Paulo; em todo o Brasil havia bacharéis e mocidade, metidos ou não na política e só em São Paulo havia partido republicano.

O desenvolvimento urbano, deixando nossas cidades serem meras sucursais das fazendas e como tais submetidas ao mundo dos senhores de escravos, permitindo que aparecesse uma classe burguesa de funcionários e gente de profissão liberal, teria propiciado o incremento das manifestações republicanas.

Mas até que ponto houve, no Brasil, uma urbanização das cidades em fins do século XIX? Porque apenas o fato de existirem cidades, delas se desenvolverem e de nelas morarem indivíduos de certa cultura, dados às profissões liberais, de por elas abandonarem os fazendeiros o hábito de viver nas fazendas, não implica que estivessem penetradas de mentalidade urbana.

A sociedade brasileira da segunda metade do século XIX compunha-se de maioria esmagadora de indivíduos ligados diretamente às lides da terra, quer fossem senhores latifundiários, quer se tratasse de donos de propriedades menores e de sítios, quer vegetassem dos produtos de uma roça, na condição de agregados, quer escravos, mourejassem de sol a sol na enxada; era pois, caracterizada muito propriamente como uma sociedade agrária.

Desligado dos interesses imediatos da terra, havia apenas o comércio, em geral na mão de estrangeiros;⁹⁶ a administração, o funcionalismo, os cargos políticos estavam preenchidos por senhores rurais ou seus representantes; não era o fato destes passarem a residir na cidade, deixando suas propriedades nas mãos de administradores, que lhes tirava seus caracteres nitidamente rurais: a posse da terra continuava a marca-los com seu selo, diferenciando-os dos comerciantes, donos de bens móveis distintivos da vida urbana. Não era também o fato de se formarem bacharéis que os urbanizava; apenas contribuía para que indivíduos diplomados estivessem, de certa época em diante, à testa das fazendas.

Mesmo entre essas duas divisões da sociedade, que existiram quase desde o começo da colônia, – o comércio e a agricultura, – não havia uma separação perfeitamente nítida e marcada; pois comerciantes e recém-chegados que desejassem de fato se estabelecer na terra procuravam, assim que podiam, adquirir fazendas – o que dava bem a importância do “status” de fazendeiro, ingressando na classe rural. Louis Couty conta-nos: “Esta classe de fazendeiros não é uma classe fechada como as antigas aristocracias francesa ou russa (...). Todos aqueles que trabalham e economizam podem se tornar proprietários no Brasil; muitas das famílias mais ricas remontam a apenas uma ou duas gerações. (...) E até estrangeiros, em Cantagalo por exemplo, se constituíram troncos de famílias fazendeiras”.⁹⁷

O caráter da vida rural brasileira, desde os tempos coloniais, foi sua organização familiar, ligada ao latifúndio. Colônia de Portugal, – que se mantinha desde os tempos coloniais como um agregado de

96 Austríliano de Carvalho, *Brasil Colônia e Brasil Império*, tomo II, p.725: “... a Corte do Império, numa população de 275.000 almas, abrigava 56.000 portugueses, senhores de grande e pequeno comércio, da indústria, do trabalho manual, da renda predial e do dinheiro, aferrados à manutenção da ordem material, (...) circunscritos os nacionais, à lavoura e à empregomania”. Isto por volta de 1875.

97 Louis Couty, ob. cit., p.341

comunas baseadas na família – aqui persistira tal organização; apenas entre nós não permitiu a vastidão brasileira o estabelecimento de simples granjas e herdades; a posse da terra foi por meio do latifúndio, ocasionando a aristocratização do plebeu português.

Eram, pois, os laços de parentesco que prendiam mais fortemente os indivíduos uns aos outros – laços de parentesco que poderiam ser de sangue ou espirituais. Porque completando o parentesco de sangue, um outro tipo de parentesco surgira, o compadrio. O recém-chegado, o que não tinha família ou cuja família era de condição humilde, melhorava sua situação agregando-se pelo compadrio a um senhor mais poderoso; desse modo sentia-se enquadrado e protegido na vida social, perdido o sentimento de solto no espaço, sumamente desagradável para o ser humano.

No “O tronco do Ipê”, de José de Alencar, encontramos perfeitamente retratadas estas relações, que tinham grande importância quer na vida social, quer na econômica e mais ainda na política; traçou ele a figura inconfundível de Domingos Pais, que desempenhava na casa do Barão da Espera “o emprego de compadre”, cargo importante “que existe em quase todas as casas de ricos fazendeiros, sendo que tais compadres, como chefes de família que são também, não tem por missão criar filhos, mas “unicamente fabricar afilhados”.⁹⁸ Domingos Pais, sitiante, vivia pois na sombra do Barão da Espera e deste se socorria em caso de necessidade; por sua vez, o Barão da Espera era compadre do Conselheiro Lopes, figurão da política, ministro do Império. Domingos Pais e parentes votavam com o Barão da Espera, o qual, com

98 José de Alencar, *O Tronco do Ipê*, p.115; Eis o retrato do compadre: “Um compadre não é parente, nem hóspede, nem criado; mas participa dessas 3 posições; (...) é um apêndice da família da qual ele se incumbe de suprir quaisquer lacunas, e de apregoar as grandezas. Há na casa outros compadres, mas são conhecidos por seu nome: o compadre por excelência, o compadre da família, aquele que não precisa de outro qualificativo, é ele, o homem para todas as ocasiões, o comensal efetivo, pronto sempre para conversar, andar, jogar e comer, conforme a vontade do protetor a quem anexou-se”.

parentes e clientela, sustentavam nas urnas o Conselheiro Lopes. Eis como funcionava a vida política do Império.

Desenvolvendo-se o Brasil sob o signo do poder familiar, a grande propriedade que garantia esse poder, aliou-se à escravidão e à função política para incrementar a importância dele. Durante a Colônia, pode o governo português viver em paz com o poder familiar, resignando-se a um papel secundário e apagado; basta ver quantas vezes tiveram as autoridades reinóis a ceder ante as Câmaras Municipais, compostas dos “homens bons”, dos chefes de família do município – isto é, compostas de senhores rurais.⁹⁹ Este tipo de estrutura e de relações entre governo e famílias passou-se para o Império, uma vez independente o país. Com uma agravante: os cargos administrativos que a Independência esvaziara de seus ocupantes reinóis, tiveram a preenchê-los os brasileiros matutos, que formaram assim a classe política, concentrando em suas mãos o “monopólio do mando”: Já não mandavam apenas no interior dos seus feudos, nem dentro da sua esfera de influência, mas eles mesmos dirigiam os negócios públicos, que se confundiam com seus negócios privados. Assim, enquanto durante a Colônia a administração se mantinha geralmente estranha a propriedade territorial brasileira, pois os governadores das províncias e os governadores gerais eram fidalgos cujos interesses econômicos estavam na Corte, durante o segundo reinado “o Estado é uma reunião de famílias que tinham reservado para si a propriedade territorial e o monopólio do mando (...). Fora dela, mas com ela, só os doutores, os letrados, os padres e alguns nomes da militância, ainda a constituir gente de senhorio, mas transformada pela cultura e pela educação literária da Europa...”, gente que não deixava de ser, entretanto, “por tradição, por sentimento, por interesse, representante dela (da família) e por ela agindo nas esferas

99 Nestor Duarte mostra como o governo português, fraco e longínquo, empenhado em mandar para cá funcionários que fossem agentes do fisco, em arrecadar bons impostos, não tinham interesse nenhum em entrar em luta com as famílias, em cujas mãos se concentrava a economia colonial.

do governo”¹⁰⁰ pois que, exercendo muito embora profissões liberais, todos eles ao mesmo tempo fazendeiros.

Se urbano é o que se opõe a rural, temos que o processo de urbanização do Brasil se devia operar em dois setores diferentes, mas ligados ambos; no setor econômico, significando uma mudança no tipo de propriedade; no setor social, consistindo numa modificação dos vínculos que uniam entre si os homens. Propriedade e organização social, determinaram-se mutuamente uma à outra no seu aparecimento; esta ligação continuou existindo, sem implicar, no entanto, em que as mudanças se processassem com a mesma velocidade e no mesmo ritmo num e noutro setor; podia a forma de propriedade continuar existindo e se modificarem as relações entre os homens, ou vice-versa, e a transformação da outra forma, então, seguir mais devagar um caminho condicionado pela forma cujo ritmo de evolução fosse mais rápido.

No Brasil, a urbanização no setor econômico consistiu na substituição da propriedade territorial pelos bens móveis, passando estes a constituir a mola da economia; e, no setor social, pelo desaparecimento do poder da família, trocados os vínculos de parentesco por outra forma de relação menos sentimental e mais racionalizada entre os indivíduos.

Ora, durante todo o 2º Império a propriedade territorial continuou sendo a base da sociedade; toda a classe dos políticos, toda a elite era composta de proprietários de fazendas; e entre os homens subsistiam, como fundamentais, os laços de parentesco.

A solidariedade familiar persistia e o indivíduo não era julgado por si, mas pelos parentes, pelo grupo doméstico de que fazia parte, ou unido ao grupo pelo casamento ou pelo compadrio. Quando, por exemplo, Américo Brasiliense resolveu fazer concurso para professor da Faculdade de Direito, escreveu a uns e outros amigos, pertencentes aos partidos monárquicos, a fim de sondar se, por ser republicano, não

100 Nestor Duarte, ob. cit., pp.181 a 183.

veria seus esforços anulados; asseguraram-lhe que não. E, comparando-o com outro concorrente, há numa das cartas o seguinte: “Insisti mais, dizendo que o outro candidato era genro do Duarte e que eu lhe pedia em nome do partido que não nos puséssemos com zumbaias aos conservadores”. A carta datava de janeiro de 1882 e era de Bento Paula Sousa, então Ministro da Marinha no gabinete Martinho Campos e muito amigo de Américo Brasiliense. Américo Brasiliense desistiu do concurso por doente. O candidato mais brilhante, na opinião de Alcântara Machado, era justamente o “genro do Duarte”, João Monteiro que, apesar de obter as notas mais elevadas, não foi escolhido para a cátedra porque... era o “genro do Duarte”.¹⁰¹

Gilberto Freire estuda a decadência do patrimonialismo no 2º Império;¹⁰² mas a decadência do patriarcalismo não quer dizer decadência do poder familiar; os rapazes podiam passar a ter voz ativa e opinião, continuando fortemente ligados ao grupo familiar e colocando os interesses desse grupo acima de tudo. Se a autoridade paterna diminuiu, a família, como clã de parentes, continuava poderosa durante o 2º Império; a política continuava se fazendo baseada nela.

Assim, os mesmos laços de parentesco e compadrio, que eram tão importantes para os dois partidos monárquicos, constituíram também a base do PRP e permitiram que ele lançasse mão, nas eleições, dos mesmos meios: os empenhos aos parentes e amigos por meio de cartas, a transação dos votos.

Em 1876, Américo Brasiliense escreveu aos parentes e amigos do interior anunciando-se candidato a deputado provincial pelo Partido Republicano Paulista; era a primeira candidatura lançada pelo novel partido. As circulares foram enviadas “à parentela toda sem distinção de partidos e as respostas afirmativas, tanto de liberais quanto de conservadores, desejosos de desempenhar a contento seus papéis de

101 Alcântara Machado, O concurso de Américo Brasiliense, pp.7,8.

102 Gilberto Freire, Sobrados e Mocambos.

parentes e amigos. Aqui á Pedro A. Rangel Araújo que anuncia o voto de dois parentes, sendo um destes “liberal e meo intimo amo”; e outro “conservador e amigo pare. meo”; ali é José Pires de Arruda Botelho, que não queria se meter em política, mas que “como houverão razões” resolvera pugnar pela candidatura do parente Américo Brasiliense; ou é Antonio F. A. Cintra, que diz: “apertei para Atibaia, com meu cunhado Eleutério”; ou é Campos Salles que aconselha: “dirija uma carta ao Moraes Salles pedindo que obtenha o voto do sogro, - João de Souza Camargo – para V. e para o Delfino Cintra”, industrializando-o de que o Moraes Salles era muito dedicado ao Cintra, de modo que o pedido em prol deste “concorrerá para que (...) mais depressa se atire ao sogro; ou então é o Barão de Piratininga, velho monarquista, escrevendo ao caro primo e amigo que já “os eleitores estavam comprometidos e em torturas”, mas mesmo assim conseguira 6 votos para o primo; e finalmente, é Antonio José Ferreira Braga, escrevendo após o pleito para contar como fora absolutamente impossível, na sua zona, “podar o Mendes” (o outro candidato) porque o vigário Oliveira, de Campinas, fizera que a “família Macedo, que se havia comprometido comigo a não vir, cá viesse”¹⁰³ Muito significativa esta expressão; está indicando que todos os que eram considerados membros da família e que fossem eleitores (porque havia muitas exigências que um homem devia preencher para poder se inscrever como tal) vinham em bloco votar.

O recurso a parentes e amigos, ainda que de credos diferentes, foi seguido em todas as eleições do PRP, a partir da primeira; era perfeitamente lícito e legítimo. Observando-se também as adesões a partir de 1886, data que marca a segunda grande “virada” conservadora, nota-se que um chefe político raramente adere sozinho: vem sempre acompanhado de alguns correligionários, quando não é o bloco todo liberal

103 M.M.de Camargo Aranha. A primeira campanha eleitoral do PRP, pp. 25 a 66.

da cidade ou do município que se bandeia para os republicanos.¹⁰⁴ O PRP não representa, pois, mudanças nas relações políticas e sociais da época. Ele se insere dentro das relações que vigoravam nos outros dois partidos.

O bacharelismo observado durante o 2º Império também não era indício de urbanização; a economia se conservou, durante todo esse tempo, dominada pelos proprietários rurais (muitos dos quais bacharéis) e cada latifundiário era detentor de um poder político maior ou menor, conforme o clã maior ou menor que o acompanhava. Os bacharéis não eram apenas representantes dos proprietários rurais; as ideias modernas e democráticas porventura absorvidas nas academias, todas de cunho liberal, não buliam com a propriedade privada, muito pelo contrário, dando a maior importância à iniciativa particular e à livre-concorrência, eram gostosamente assimiladas pelos estudantes, futuros grandes proprietários agrícolas. E, republicanos nos bancos escolares, retornavam aos velhos partidos, quando abandonavam a Academia.¹⁰⁵ Mesmo aqueles que rompiam com a tradição familiar e, deixando o Partido Conservador ou o Liberal, ingressavam no Republicano, iam, dentro deste, defender interesses da classe agrária, à qual se ligavam não só emocional como economicamente; pois, advogados, engenheiros, médicos que fossem, eram ao mesmo tempo fazendeiros (como Campos Salles, como Luiz Pereira Barreto, como Manoel de Moraes Barros, como Martinho Prado Jr.). A composição da Convenção de Itu dava, para 133 convencionais, 78 lavradores e 55 de outras profissões.¹⁰⁶

104 “A Província de S. Paulo”, notícia o caso da vila de Barretos que, quando elevada à cidade, em 1885, não possuía nem um monarquista, por terem aderido ao PRP o chefe conservador e os sete eleitores qualificados ali existentes; desse modo, é saudada como “a primeira e única localidade republicana no Brasil”. “A Província de S. Paulo”, 18-1 e 21-3-1885.

105 Almeida Nogueira, ob. cit., p.129, v.1 - Lúcio de Mendonça, ob. cit., pp.76-77.

106 José Maria dos Santos. Os republicanos paulistas, pp.107-111 e Américo Brasiliense, ob.cit., pp.7 e 8.

LUIZ PEREIRA BARRETO

(1840-1923)

Nasceu em Rezende (RJ), filho de abastados fazendeiros do Vale do Paraíba. Formou-se em medicina na Universidade de Bruxelas. Médico cirurgião, filósofo, político, cientista, agricultor jornalista e sanitarista. Foi pioneiro no estudo sobre o guaraná. Foi presidente da Constituinte de São Paulo e deputado na Assembleia Constituinte Republicana. Foi vice-governador do Estado de São Paulo. Era darwinista e positivista, seguidor de Augusto Comte.

MARTINHO DA SILVA PRADO JR

(1843-1906)

Também conhecido como Martinico Prado, nasceu em São Paulo, político e empresário. Era maçom. Filho de uma abastada família, o pai Martinho da Silva Prado foi deputado provincial. Martinho entrou na Academia de Direito de São Paulo com 17 anos. Defendia princípios libertários e se contrapunha à centralização do governo monárquico. Participou da Campanha brasileira da Guerra do Paraguai. Foi do grupo fundador do PRP. Foi vereador em Araras e deputado da Assembleia Paulista por quatro legislaturas. Grande produtor de café, era defensor ativo da Abolição e da imigração europeia.

Mentalidade mais cultivada e certo intelectualismo não significam, pois, urbanização entre nós; existiam num meio predominantemente rural. Pode-se tomar também desenvolvimento urbano no sentido de aumento de tamanho e de importância das cidades. No entanto, também esse desenvolvimento não explicaria a persistência do PRP. São Paulo e Campinas, as maiores cidades paulistas da época, eram cidades provincianas se comparadas às maravilhas urbanas da Corte.

Vindo estudar na Faculdade de Direito, após alguns anos de permanência no Rio, Silva Jardim encarava a capital paulista com certo desdém; esta ainda era, em 1876, uma cidade em “estado rudimentar ou amorfo”, pouco agradável para quem “só tem diante dos olhos o

estreito cano da rua do Ouvidor a referver de gente, como um tubo caleidoscópico”.¹⁰⁷ A tristeza e a pobreza das cidades paulistas, não considerando as do Vale do Paraíba, começaram a desaparecer no decênio de 1870-1880; e foi a partir de 1880 que São Paulo teve grande surto de progresso.¹⁰⁸

Mas o fermento republicano se aninhava nas cidades; onde ele era vigoroso era no interior; os candidatos republicanos, em sua maioria, não eram da capital e sim da zona rural (como os de 1881, em que, em sete candidatos, apenas três eram domiciliados na capital); e a importância que o partido deve às eleições municipais, que pleiteou com êxito constante desde 1876, evidencia que não eram cidadinas as suas raízes. Nas eleições para vereadores e juízes de paz, em 1880, os resultados foram interessantes; Amparo fez quatro vereadores republicanos, sendo também republicanos os três suplentes a vereador e os quatro suplentes a juiz de paz; em Capivari, todos os suplentes a vereador e juiz de paz eram republicanos; em Rio Claro, onde os republicanos estavam divididos em duas facções, conseguiram assim mesmo eleger um vereador; em Tatuí foram eleitos vereadores e suplentes republicanos; houve vereadores republicanos eleitos também em Cotia, em Itatiba, em Jundiá, em Campinas; e na Capital de São Paulo um único foi eleito, o Dr. Américo Brasiliense.¹⁰⁹ A decisão, em 1887, de se realizarem congressos distritais, a exemplo dos congressos gerais partidários, vem também destacar a importância do interior em detrimento da capital.

Tem o mesmo sentido afirmativo da importância do interior o início da nova propaganda do PRP em 1881: os comícios pré-eleitorais, a viagem do candidato pelo seu distrito eleitoral para expor aos eleitores o programa. Grande novidade para o Brasil; até então, os candi-

107 José Leão, ob. cit., pp.30-31.

108 José Leão, ob. cit., pp.30-31.

109 “A Província de S. Paulo”, de 15-6-1880 a 14-7-1880.

dados estavam longe, na Corte, e os dirigentes partidários mandavam cartas ou avisos aos chefes políticos locais ordenando simplesmente que descarregassem votação no Fulano ou em Beltrano.¹¹⁰ A notícia da novidade é dada a 1-7-81, nos seguintes termos: “No dia 25 do corrente, iniciou o Sr. Dr. Martinho Prado Jr., candidato republicano, os “meetings” locais para exposição de seu programa político. Abre assim o ilustrado paulista um sistema novo, entre nós, de dirigir-se o candidato aos eleitores e de procurar firmar antecipadamente a relação legítima que deve estabelecer-se entre o deputado e o corpo eleitoral de um distrito.”¹¹¹ Este primeiro comício teve lugar em São João da Boa Vista, no teatro local, comparecendo muita gente, inclusive senhoras. O exemplo foi seguido pelos outros candidatos e os “meetings” se sucederam: de Campos Salles em Penha de Mogi Mirim, em Pirassununga, em Itatiba, em Amparo, em Serra Negra; de Martinho Prado em São Simão, Franca, Santa Rita do Paraíso; de Prudente de Moraes em Limeira, Rio Claro, Capivari. A “tournée” de propaganda terminou com uma conferência de Campos Salles, a 30 de outubro, véspera da eleição, efetuada no teatro de Campinas, com o comparecimento de mais de 1.000 pessoas; teria havido mais gente se o local o permitisse, conta o articulista.¹¹²

Não houve desses “meetings” na capital. Como se vê, a propaganda era dirigida exclusivamente para o interior, reconhecendo que dali adviria o maior contingente eleitoral. Os três candidatos foram eleitos e além deles Rangel Pestana e Gabriel de Toledo Pisa e Almeida.¹¹³

110 Idem, 1-7-1881.

111 Affonso Celso. *Oito anos de Parlamento*.
Almeida Nogueira, ob. cit., p. 87, vol.1.

112 “A Província de São Paulo”, 1-7-1881 a 3-11-1881.

113 Idem, 4-1-1882.

Surtira efeito a tentativa de aproximação candidato-eleitorado e seria continuada.¹¹⁴

GABRIEL DE TOLEDO PISA E ALMEIDA
(1851-1925)

Proprietário rural, empresário, diplomata e político, nasceu em Porto Feliz (SP). Republicano convicto, participou da Convenção de Itu. Foi deputado provincial em São Paulo nas legislaturas de 1882 e 1887. Embaixador do Brasil em Berlim e Paris.

A própria composição do partido mostra um contingente forte do interior para um muito pequeno da capital; examinando a vida dos diversos chefes mais importantes, diz José Maria dos Santos que apenas Luiz Gama, juntamente com Américo e Bernardino de Campos, não apresentavam ligações com o que ele chama de “aristocrático e opulento mundo da lavoura”¹¹⁵; todos os outros, mesmo exercendo profissões liberais, vinham de velhas famílias lavradoras e quase todos eram, a um tempo, formados e fazendeiros.

Para Oscar d’Araújo, foi justamente o desenvolvimento urbano da Corte, de Recife e da Bahia, muitíssimo maior e mais antigo que o de São Paulo, que impediu, nessas cidades, a proliferação dos novos ideais. Nestes centros se concentravam o comércio e as grandes fortunas brasileiras; o primeiro, nas mãos de estrangeiros indiferentes à política interna do país; os segundos, “*parvenus satisfaits*”, não tinham interesse nenhum em mudanças, muito pelo contrário. Era nas províncias, onde a falta de divertimentos e de animação permitia maior lazer, que se encontrava a “preocupação cívica”, tanto mais que aí a população, de maioria decididamente nacional, interessava-se direta-

¹¹⁴ Affonso Celso, em “Oito anos de Parlamento”, narra o espanto e agradecimento em que ficaram seus eleitores mineiros por ter ido visitar o distrito antes das eleições; nunca tinham visto um candidato à deputação fazer tal coisa. pp.15, 16.

¹¹⁵ José Maria dos Santos, *Os republicanos paulistas e a abolição*, pp.146, 147.

mente pela competição dos partidos. A prova de suas opiniões, ele a encontra no desenvolvimento da imprensa republicana; em 1889, São Paulo possuía 18 jornais republicanos, Minas 15, para sete do Rio de Janeiro, quatro da Bahia e quatro de Pernambuco.¹¹⁶

A transição do rural para o urbano, tal como a definimos para o Brasil – afastamento entre o homem e a terra, perda de importância das relações familiares, – não se observou durante o Segundo Império; por toda a parte se mantivera: como traço unificador da economia brasileira, o latifúndio; como o centro das relações sociais e políticas, a família. Neste sentido, não se pode, pois, falar em urbanização durante este período, nem o Partido Republicano Paulista é uma consequência da urbanização.

Neste estudo, estamos fazendo como o médico que se encontra diante de um diagnóstico difícil pela complexidade dos sintomas: vai ele pesquisando pacientemente, radiografia daqui, exames d'acolá, para, procedendo por eliminação, ver se consegue identificar o real causador do mal; este processo de eliminação é que estamos a tentar.

Os fatores até aqui apontados como causa do aparecimento e persistência do PRP agiam uniformemente no país todo; a prova é que núcleos republicanos existiam na maioria das províncias. Tais fatores não eram inoperantes, pelo contrário, a importação de ideias estrangeiras e a educação da mocidade, o bacharelismo, contribuíram para o aparecimento dos núcleos republicanos. Apenas a urbanização e a tradição republicana não devem ser incluídas entre os fatores; esta última, tantas vezes invocada, não agiu onde justamente deveria ser mais forte: em Pernambuco, por exemplo. Se os outros fatores deram lugar apenas a núcleos isolados que não conseguiram estreitar suas relações, por que em São Paulo houve a criação de uma organização provincial? José

¹¹⁶ Oscar d' Araújo. *L' idée républicaine au Brésil*, pp.66 a 69.

Maria dos Santos, defrontando-se com o problema, encontrou uma resposta – foi a questão da emancipação dos escravos que provocou e sustentou o surto republicano em São Paulo.

A primeira reunião promovida por Américo Brasiliense com o fim de estabelecer ligações entre os núcleos provinciais dera-se em janeiro de 1872, sendo a Lei do Ventre Livre de setembro de 1871. Os republicanos matreiros tinham resolvido se aproveitar do descontentamento causado pela lei entre os lavradores e lançavam um partido novo que desse aos escravocratas uma esperança de conservar a propriedade humana e uma arma de vingança contra a monarquia, que andava a acoroçar a campanha abolicionista. Uma vez que a propaganda abolicionista era protegida pelo Imperador, o partido republicano cresceu pela adesão constante de indivíduos que aquela propaganda enraivecia, tendo as adesões atingido o ponto máximo após a Lei Áurea.¹¹⁷

José Maria dos Santos não é nem o único a interpretar dessa maneira a persistência do PRP. Mesmo durante o Império, os abolicionistas, indignados com o que chamavam de “indiferença” dos republicanos para com a questão servil, davam a mesma explicação que José do Patrocínio, que todavia até 1886 estivera de acordo com esses mesmos republicanos de São Paulo.¹¹⁸ Martinho Prado Jr. chegou a ir ao Rio de Janeiro, em setembro de 1884, especialmente para, numa reunião republicana, defender o PRP de tais acusações.¹¹⁹

Quando em 1870 Saldanha Marinho, Rangel Pestana e Aristides Lobo lançaram, na Corte o Manifesto Republicano, imediatamente recebeu este adesões de São Paulo, tanto da capital quanto do interior; e não somente o Clube Radical da capital se transformou em Clube Republicano, como todos os do interior lhe seguiram o exemplo. Ora, a Lei do Ventre Livre é de 28 de setembro de 1871, as adesões são de

¹¹⁷ José Maria dos Santos, *Os Republicanos paulistas e a abolição*.

¹¹⁸ “A Província de S. Paulo”, 9-5-1888.

¹¹⁹ Idem, 16-9-1885.

1870. O próprio José Maria dos Santos fornece esses dados, ao transcrever a comunicação de Américo de Campos, publicada no *Correio Paulistano* de 8-1-1871 e ao contar das 14 adesões de lavradores piracicabanos, encabeçados por Manoel de Moraes Barros.¹²⁰ Tinha razão Martinho Prado: “... quem conhecer a biografia dos mais distintos e notáveis membros do partido na província, verá que todos eles tinham apresentado ideias francamente hostis à instituição monárquica muito antes dessa época”¹²¹ (da *Lei do Ventre Livre*).

Por outro lado, dois contemporâneos, C. B. Ottoni e José Leão, historiando a abolição e a república (e o segundo de todo insuspeito, pois, embora republicano, tinha grande antipatia pelos republicanos paulistas) nada referem a respeito, dando o aparecimento do partido como ligado ao Manifesto de 1870, aos Clubes Radicais, à queda de Zacarias e ao profundo descontentamento político que lavrava então.

Se a confrontação das datas isenta da acusação de descontentamento com a *Lei do Ventre Livre* os chefes do partido, deixa em pé a possibilidade da organização, em 1872 (posterior à lei que era de 1871) ter sido justamente fruto do desagrado dos lavradores, que possibilitava maior número de adesões. É muito possível que o cálculo estivesse presente à lembrança dos organizadores do partido; como também a atitude por eles sempre tomada diante da abolição – uma espécie de neutralidade – tinha certamente por base o medo de arredar as simpatias da classe agricultora. Era a prudência política que os fazia agir dessa maneira; precisavam agir assim para poder viver; e dos próprios partidos monarquistas, nenhum esposou abertamente a causa da abolição, muito pelo contrário, seguiram no caso o mesmo caminho.

A tese da raiva dos lavradores como mola da persistência do PRP e como um fenômeno paulista tem visos de verossimilhança. São Pau-

120 José Maria dos Santos, ob. cit., p. 109. Silveira Peixoto, *A Tormenta que Prudente de Moraes venceu*, na p. 20, dá a lista completa desses aderentes.

121 “A Província de S. Paulo”, 16-9-1885.

lo estava se tornando, então, o maior centro agrícola brasileiro; nossa agricultura se apoiava no braço escravo; seria natural uma boa concentração de cativos em solo paulista. E aí seria também mais profícuo um movimento que explorasse a zanga dos fazendeiros, vendo a propriedade humana escapar-lhe das mãos e vendo ameaçada pela falta de braços sua produtividade.

Todavia, o próprio José Maria dos Santos reconhece que “entre as províncias do Império, São Paulo nunca chegou a ser aquela de mais numerosa escravatura”, contando em 1884, “apenas 173.265 escravos, enquanto Minas dispunha de 255.888, cabendo o maior número à província do Rio de Janeiro, com 263.755”.¹²² Isso é corroborado por Christiano Ottoni, escrevendo que “a província do Rio de Janeiro, tendo só por si mais de 30% da escravatura e menos de 10% da população livre, devia ser, como foi, a que mais profundamente se sentiu abalada ao ver encetar a grande reforma” (a Abolição). O mesmo autor dá, para 1871, a seguinte porcentagem de escravos nas diferentes províncias, para um total de 1.191.000:¹²³

Rio de Janeiro	30%
Bahia	15%
Minas Gerais	14%
São Paulo	7%
Rio Grande do Sul	7%
Pernambuco	6%
Alagoas	4%
As outras 13 províncias	17%
	100%

¹²² José Maria dos Santos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*, p.93.

¹²³ C. B. Ottoni, ob. cit., pp.14,15,16.

Ora, se o Partido Republicano era uma resultante do ódio dos fazendeiros despertado pela Lei do Ventre Livre, com mais razão teriam surgido partidos republicanos no Rio do Janeiro, na Bahia ou em Minas; a porcentagem paulista se mantinha na época tão abaixo das três que não se vê razão para que justamente aí surgisse o partido. Ainda em 1882, dá Couty a seguinte distribuição da população escrava:¹²⁴

Minas Gerais	279.000
Rio de Janeiro	268.000
São Paulo	174.000
Bahia	165.000

A diminuição da população negra na Bahia e seu aumento em Minas Gerais, Rio e São Paulo explicavam-se pelo tráfico interprovincial. Decadentes, as províncias do norte exportavam seus escravos para o sul, onde se localizavam as lavouras cafeeiras esfomeadas de braços.

Mas os acontecimentos não seguem a lógica dos números; poderia ser que precisamente em São Paulo, apesar da menor quantidade de escravos, a desorganização do trabalho, com a abolição, fosse de tal ordem que justificasse aferrarem-se os paulistas à escravidão. Das províncias mais possuidoras de escravos e mais necessitadas de braços, foi, porém, a paulista a que menos sofreu com a desorganização, reerguendo-se com facilidade, ao passo que a Lei Áurea arruinou sem remédio os fazendeiros da região fluminense, da Zona da Mata Mineira, do Espírito Santo; e isso porque São Paulo, desde 1840, cuidava de atrair a imigração europeia¹²⁵, podendo em 1869 escrever um de seus presidentes no relatório anual que “nenhuma outra província esforçava-se mais do que a de São Paulo para operar a grande substituição

124 Louis Couty, ob. cit., pp.103,104.

125 Affonso d' E. Taunay, ob. cit., p. 122, v.III, t.I, relatório do Conselheiro Saraiva.

do braço escravo” por meio do fomento da colonização estrangeira.¹²⁶ A própria Lei do Ventre Livre, segundo o testemunho de Christiano Ottoni, feria de frente, abalava profundamente a classe fazendeira do Rio de Janeiro.¹²⁷

Em 1881, a lei que impedia a entrada de escravos na província, proposta por Martinho Prado, contribuiu para intensificar a entrada de imigrantes e a substituição dos escravos que vinha se fazendo gradativamente.¹²⁸ Em 1884, 40.000 colonos agrícolas tinham entrado já na província; e em 1886 “A Província de S. Paulo” registrava satisfeita que a corrente imigratória para a província estava definitivamente encaminhada, devendo esta resultar anualmente, daí por diante, pelo menos em 30.000 imigrantes.¹²⁹ Desse modo, não havia necessidade de agitação nem de medo; “o problema da libertação dos escravos e da organização do trabalho” fora resolvido “com calma e previdência”, por meio da imigração.¹³⁰

O mesmo não se dera no Rio, em Minas, na região paulista do Vale do Paraíba e no Espírito Santo, também centros produtores de café; estes eram a sede do reacionarismo diante da abolição, como reconhecia Joaquim Nabuco que, em 1884, vindo a São Paulo fazer uma conferência, declarou que, se esta província não acompanhava “os movimentos rápidos do abolicionismo”, também não seguia “a corrente de ideias reacionárias da província do Rio de Janeiro”, isentando por isso São Paulo do qualificativo de escravocrata¹³¹; pois, enquanto os paulistas buscavam trabalho europeu, as vistas dos fazendeiros do Vale do Paraíba se voltavam “para os 50.000.000 de africanos que

126 Idem, p.203, v.III, t.I, relatório de Saldanha Marinho.

127 C. B. Ottoni, ob. cit., p.16.

128 Louis Couty, p.395; “A Província de S. Paulo”, 14-2-1884.

129 “A Província de S. Paulo”, 21-10-1886

130 Idem, 10-8-1887.

131 Idem, 17-9-1884.

Stanley descobriu no Congo, ou, por esses serem impossíveis, para os 300.000.000 de chins”, pretendendo apenas substituir um trabalho escravo por outro; o Brasil era “maior do que Barra Mansa, Valença, Vassouras, Pirai” e esses projetos não vingaram.¹³²

Após a Lei Áurea, as adesões republicanas em São Paulo aumentaram, é verdade; na Província do Rio de Janeiro, onde os núcleos eram raros, e na de Minas Gerais, a “virada”, porém, foi em massa. De junho de 1888 a outubro de 1889 há notícia de pelo menos 33 núcleos fundados em Minas, para 13 de São Paulo. Em Juiz de Fora aderiram de um baque 352 eleitores; em São Fidélis 239, entre conservadores e liberais; em Itaboraí, 132; em Vassouras, 100, na cidade de Pomba, Minas, 80; em Campo Belo também em Minas, 70 e em Rio Branco, 54. As adesões paulistas são bem mais modestas; elas pingam de uma em uma – em São Simão, em Faxina, em São Roque, em Porto Feliz; ou então aparecem em pequenos grupos: 23 em Lençóis, 18 em Iguape, 14 em Itu, 14 em Itapetininga, 13 em Batatais, 10 em Lorena; a maior adesão foi em Cruzeiro, localidade irmã daquelas mineiras e fluminenses que concorriam com cem e duzentas adesões para o movimento; deu Cruzeiro de uma vez cinquenta adesões.¹³³

O aparecimento dos núcleos republicanos na região paulista do Vale do Paraíba, esse sim, liga-se estreitamente à abolição; mas derivar a persistência do PRP em São Paulo da campanha abolicionista é forçar algum tanto os fatos. Sossegada a celeuma levantada pela Lei do Ventre Livre (à qual José Maria dos Santos atribui, como vimos, a fundação do PRP), continuou o partido durando, participando das lutas eleitorais, aumentando seus prosélitos, malgrado não existir mais nenhuma ameaça séria pairando no ar sobre a propriedade escrava. Porque, durante mais de dez anos acreditou-se que com aquela Lei e com o fundo de emancipação se resolveria o problema da liberta-

132 “A Província de S. Paulo”, 30-5-1884, artigo citando Joaquim Nabuco.

133 Consultar “A Província de S. Paulo” de 1888 a 1889.

ção dos negros, de modo que os fazendeiros escravocratas se deixaram adormecer iludidos.

A opinião pública - e os porta-vozes eram naturalmente os fazendeiros, apresentou-se muito tempo contrária à abolição, a ponto de, em 1880, nove anos após a Lei do Ventre Livre, declarar na Assembleia Geral o deputado abolicionista Barros Pimentel que ali eram tão grandes os protestos contra a ideia da emancipação que “era temeridade falar a tal respeito”.¹³⁴

Em tese, ninguém no Brasil sustentava a instituição, somente a reputavam mal de quase impossível extirpação, diz-nos Christiano Ottoni; é o parecer do Barão de Poty do Alferes, ao referir-se ao cativo como um “cancro roedor do Império do Brasil que só o tempo poderá curar”.¹³⁵ Todo o livro de Louis Couty, “Le Brésil en 1884”, era uma advertência, um grito de alerta aos fazendeiros que acreditavam durar a escravidão até o fim do século. Vários artigos de “A Província de S. Paulo” tinham o mesmo intuito;¹³⁶ mas os escravocratas confiavam em estadistas como Paulino de Souza, Martinho Campos, Cotegipe, para brecares as poucas iniciativas que apareciam na Câmara.¹³⁷

A Lei do Ventre Livre, lei de compromisso, permitia aquelas interpretações: não tocava na propriedade existente e permitia uma escravidão de fato dos filhos de escravos até os 21 anos (concessão sem a qual “a lei não passaria nas Câmaras”); era encarada como a solução do problema, uma vez que no Brasil não nasceriam mais escravos.

Dando com uma e tirando com a outra mão, foram as medidas abolicionistas tomadas pelo governo imperial até a pena magistral e

¹³⁴ “A Província de S. Paulo”, 16-7-1880.

¹³⁵ C. B. Ottoni, pp 27-28; Barão de Poty do Alferes.

¹³⁶ “A Província de S. Paulo”, 28-1-1880, “Os republicanos e a imprensa governista” de Campos Salles; 24-4-1880, carta de Martinho Prado a Joaquim Nabuco; 16-12-1880, “A propaganda abolicionista e a lavoura”, de Campos Salles; 25-1-1880, artigo de “Lavrador”, de Descalvado; 9-4-1884, artigo transcrito da Gazeta de Notícias etc. etc.

¹³⁷ Affonso D’E. Taunay, ob. cit., pp.191-192, v.V, tomo III.

inesperada de 13 de Maio. Não por culpa sua, porque tudo indica que desde 1870 queria sinceramente D. Pedro II a emancipação, mas porque qualquer providência levantava contra si a grita enorme do mundo agrícola, sustentáculo do país e do trono; “Por atos e palavras o imperador, no longo período de 20 e tantos anos, se pronunciara contra a escravidão, embora avançasse ou recuasse conforme as conveniências políticas do momento”.¹³⁸ E essa política de avanços e recuos, se despertava a indignação de abolicionistas e escravocratas indistintamente, também indistintamente aflagava as esperanças de ambos, servindo de ponto de apoio tanto para a campanha revolucionária dos primeiros, quanto para a reação dos segundos.

Depois da Lei do Ventre Livre, o período de calmaria em relação à abolição total se manteve até 1880 ou 1881; recomeçaram então as pelejas, mas só em 1885, também a 28 de setembro, pode passar a segunda lei emancipatória, dos maiores de 65 anos; todavia, “o Governo Imperial, aliás já com tendências para restringir as minguadas concessões que ela (a lei) fizera, achou-se na impossibilidade de a executar”.¹³⁹ Por fim, esse vai-não-vai que ameaçava se eternizar desembocava num descontentamento geral: todos, abolicionistas e escravocratas, que tinham qualquer motivo de desagrado contra o governo, viam em tais hesitações a justificação de suas desconfianças.

Se em 1884 procuravam os fazendeiros de Mauá, de Campos, de Vassouras, organizando Clubes da Lavoura, fazer sentir ao governo que acoimavam de abolicionista, que defenderiam seus interesses e seus escravos até de armas na mão, se preciso fosse, este mesmo governo que, em 1887, mandava dissolver comícios abolicionistas por capangas a soldo da polícia.¹⁴⁰ Ministérios diferentes agiram de maneira diferente, seria a justificação; mas a total oposição das medidas, o fato da medida

138 “A Província de S. Paulo”, 19-11-1887.

139 C. Ottoni, ob. cit., p.53.

140 “A Província de S. Paulo”, 5-7-1884, 9-8-1887.

reacionária governamental ser de 1887, quando em 1884 os fazendeiros atacavam o governo como por demais inclinado à abolição, mostra a desorientação da política. Falta de visão geral, do imperador, dos ministros, das Câmaras, acusava Louis Couty, os quais em lugar de procurar resolver pelo estudo um problema tão grave, se ocupavam em todo esse tempo de “palavras, palavras e mais palavras”, com o único fito de “ou conservar ou obter o poder”, pois os programas dos partidos monárquicos eram infelizmente “semelhantes e suas ideias mais ou menos análogas”, ou melhor, o que era mais sério, podiam ambos ser acusados de “sem ideias sobre as questões urgentes do país”.¹⁴¹

O que havia, na verdade, era a completa falta de harmonia entre as ideias abolicionistas, defendidas e espalhadas por uma pequena elite intelectual, e os interesses do grosso dos fazendeiros que formavam a base econômica do país. E se a Monarquia não encontrou, na queda de 15 de Novembro, senão o silêncio, deveu-o em grande parte ao desagrado que semeou, com sua política hesitante, tanto entre escravocratas quanto entre abolicionistas. Os republicanos recolheram os frutos desse desagrado: foram as adesões pós-Lei Áurea. Não esqueçamos, porém, que no período de calmaria em relação à abolição, o PRP não só se mantivera, mas pleiteara eleições e conseguira fazer deputados até para a Assembleia Geral. A campanha abolicionista, vigorosamente reiniciada em 1880, mais ou menos, não explica, pois, a existência do PRP, que vinha se mantendo com êxito até então, elegendo vereadores e deputados à Assembleia Provincial.

Quanto à acusação de que os republicanos eram um punhado de escravocratas, o exagero se desfaz ao examinarmos as medidas pleiteadas pelos seus deputados na Assembleia Provincial: projeto de lei estabelecendo o imposto de dois contos de réis sobre cada escravo que viesse de outra província (o que era o mesmo que proibir o tráfico interprovincial), devendo o dinheiro arrecadado reverter para o fundo

141 Louis Couty, ob. cit., pp.384-385.

de emancipação, projeto que, proposto em 1878-1879 pelos deputados republicanos só conseguiu assinatura do presidente da província em 1881;¹⁴² aumento do fundo de emancipação, consagrando-se a ele 50% do imposto sobre loterias (confronte-se com a atitude do governo diante do mesmo fundo de emancipação, desviando dinheiro dele de tal maneira que em 1878 “nenhum negro fora ainda libertado com o auxílio do fundo de emancipação”, porque “o crédito correspondente se empregava noutras cousas”¹⁴³, o que motivava protestos como o do deputado Jaguaribe e do deputado Campos Salles em 1883;¹⁴⁴ projeto de imigração, concedendo auxílio a todos os imigrantes indistintamente assim como indenização de sua passagem, sendo os recursos obtidos por novo imposto sobre a propriedade humana, de 3\$ para o escravo da lavoura e 5\$ por escravo não aplicado a ela.¹⁴⁵

Na Assembleia Geral, votaram os deputados republicanos pela libertação sem indenização dos sexagenários,¹⁴⁶ lei que deu lugar a uma crise ministerial, ocasionada por uma moção de confiança enviada à presidência da Câmara e cuja votação revelou que, se cinquenta deputados eram favoráveis à medida, outros cinquenta eram contra.¹⁴⁷ Numa das sessões do Congresso Republicano de 1887, foi aprovado o parecer segundo o qual os republicanos libertariam todos os seus escravos até 14 de julho de 1889, devendo o parecer ser divulgado sob a forma de manifesto.¹⁴⁸

As medidas propostas pelos republicanos na Assembleia Provincial e que tomavam a forma de impostos sobre a propriedade escrava,

142 “A Província de S. Paulo”, 23-1-1881.

143 Oscar d’ Araújo, ob. cit., p. 50.

144 “A Província de S. Paulo”, 28-2-1883, 7-4-1883.

145 “A Província de São Paulo”, 13-3-1884 e 23-3-1884.

146 Idem, 13-5-1885.

147 C. Ottoni, p. 47.

148 “A Província de S. Paulo”, 3-6-1887.

fosse devido à venda, fosse devido ao aluguel, ou fosse sobre a própria peça (como mandava a lei de 1884) tinham sempre uma outra face, que era a proteção à imigração; o beneficiário da corrente imigratória estava reconhecido já; e procuravam os republicanos fazer com que, por meio do imposto sobre o escravo, os próprios lavradores pagassem a vinda do colono.

Os que queriam continuar se beneficiando do trabalho escravo, esses vinham à carga protestar contra tais leis. Os grandes fazendeiros de Campinas, filiados ao Clube da Lavoura, apresentaram ao Congresso da Província, em 1879, uma representação contra o imposto de entrada de escravo; reconsideraram sua atitude em 1880, dirigindo ao Congresso representação na qual reconheciam a necessidade da lei;¹⁴⁹ esta anuência permitiu a assinatura do presidente da província depois de dois anos de espera. Em Pindamonhangaba, os lavradores da região, dando-se como porta-vozes do todo a classe agrícola, reclamaram contra o imposto sobre o escravo em benefício da imigração (votado em 1884); respondeu num artigo Rangel Pestana que, como essa era justamente a classe que ia se beneficiar da imigração, nada mais natural que a pagasse.¹⁵⁰ Em 1885, deputados liberais e conservadores tentaram, em São Paulo, fazer passar uma lei extinguindo o fundo de emancipação, o que motivou a pergunta de Rangel Pestana: “Que é que querem afinal conservadores e liberais? Querem a abolição dos cativos, com o respeito à propriedade, mas eliminam a fonte de renda especial para a indenização”.¹⁵¹ Em 1886, o visconde do Pinhal, chefe liberal, propôs à Assembleia Provincial uma lei revogando o dispositivo que impedia a entrada de escravos na província, o que foi repellido.¹⁵²

149 Idem, 23-3-1879, 1-9-1880.

150 “A Província de S. Paulo”, 31-5-1884, artigo de Rangel Pestana.

151 Idem, 9-4-1885.

152 Idem, 7-5-1886.

Na verdade, nenhum partido tomou a seu cargo promover a propaganda da abolição; nenhum partido se pronunciou especialmente pró ou contra o problema; era questão aberta. Abolicionistas e escravocratas, havia-os em todos os partidos.¹⁵³ Os partidos monárquicos estavam em situação “delicada e difícil” diante do movimento abolicionista, pois “afinal tinham interesse no caso – e a abolição ia ferir esses interesses”; os grandes chefes partidários não queriam, por isso, nem sequer “aludir incidentalmente” à abolição; “eles não só eram proprietários de escravos, e às vezes grandes proprietários, como assentavam todo o seu prestígio político e social no apoio dos grandes proprietários de escravos.”¹⁵⁴

Furtando-se a tomar atitude diante da abolição, o PRP não faria mais do que seguir o exemplo de seus irmãos mais velhos; na verdade, desde o primeiro Congresso Republicano, em 1873, o Partido Republicano Paulista tomou como linha de conduta e manteve até a abolição total o seguinte entendimento: a abolição não devia ser feita a esmo, mas estudadas as condições peculiares das províncias, resolvendo cada uma por si a questão de maneira a não prejudicar sua economia. Afirmavam, pois, os republicanos que: “se o negócio for entregue à nossa deliberação, nós chegaremos a ele do seguinte modo: 1) em respeito ao princípio da união federativa, cada província realizará a reforma de acordo com seus interesses peculiares, mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; 2) em respeito aos direitos adquiridos e para

153 Toda a tese de José Maria dos Santos tende a isentar os liberais da pecha de escravocratas; em 1884, porém, o “Diário de S. Paulo”, jornal liberal, aconselhava medidas violentas contra os abolicionistas, apresentando-se como porta-voz dos lavradores e incitava os senhores de escravos a usarem da força contra a abolição. Na Corte, o Diário do Brasil, também liberal, seguia o mesmo caminho. Ver as críticas de Afonso Celso aos liberais.

154 Oliveira Vianna, pp. 75, 78-80.

conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização e o resgate”.¹⁵⁵

Ora, seguindo essa orientação, pareceria normal que as províncias nortistas, possuidoras de menos escravos e onde eles eram pouco necessários (naquelas que, por exemplo, tinham por base a pecuária), a abolição se faria mais rapidamente; e nas províncias do Sul, ela demoraria mais. Era um meio de prorrogar a escravatura no Sul, dir-se-á, pois aqui ia ser muito maior a desorganização do trabalho; não esqueçamos, porém, de que tais projetos partiam de republicanos paulistas e de que em São Paulo já se recebia regular imigração, que permitia a esta província aguentar sem abalos a reforma do trabalho, o que se mostrou inteiramente impossível para o Rio e Minas.

É o que nos diz Louis Couty nos artigos que escreveu em 1884; começavam então os fazendeiros do Vale do Paraíba a se agitar e a procurar substituir o trabalho escravo nas fazendas; mas era tarde para seguir o exemplo dos paulistas, pois estes haviam começado havia tempo, tinham levado anos fomentando a imigração; não era nas vésperas da abolição que os fazendeiros fluminenses e mineiros poderiam obter os mesmos resultados, tanto mais que, ao invés de estudar e agir por si mesmos, como tinham feito os paulistas, levavam a reclamar medidas e auxílio do governo.¹⁵⁶ Por isso os Clubes da Lavoura que estavam a ser fundados em toda a região cafeeira do Rio de Janeiro e de Minas e que tinham tencionado copiar o velho Clube da Lavoura de Campinas para defender os interesses do café, tomaram decidida feição de defesa contra o abolicionismo, tornaram-se centros de resistência escravocrata e não defensores dos direitos dos lavradores, ao contrário do de Campinas. E tal é a diferença entre ambos que, quando os Clubes do Vale do Paraíba se reuniram um congresso em 1884, os do oeste e sul da província de São Paulo não se fizeram representar: reconheciam

155 Américo Brasiliense, ob. cit., pp.123-124.

156 Louis Couty, ob. cit., pp.388 a 397, especialmente p.396.

que aqueles clubes “não correspondem aos interesses da lavoura de grande parte da província de São Paulo (...). Os clubes, nessas províncias do norte de São Paulo, são centros de resistência (...). Não são, pois, associações (...) com fins restritos aos meios de obter auxílios para a lavoura, que precisa de braços (...). Seu intuito não é aumentar a imigração.”¹⁵⁷

Não seria, pois, a província de São Paulo a beneficiada ainda com largos anos de escravidão, se adotados os dispositivos republicanos, e sim o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Espírito Santo; nestas províncias é que, dada a necessidade de braços para a lavoura e a falta de fomento da imigração, a libertação levaria mais tempo a se processar.

Se os republicanos pugnavam por aquele modo de resolver o problema da escravidão, foi porque a parte dominante da sua doutrina era o conceito de federação e descentralização. Transformar o Brasil numa República Federativa, eis o núcleo de toda a doutrina republicana de então; “o governo de cada um por cada um, do município pelo município, da província pela província, da nação pela nação”, como escreviam enfaticamente os republicanos piracicabanos que em 1870 aderiram ao Manifesto Republicano.¹⁵⁸

Os artigos se sucediam na “A Província de São Paulo”, pugnando pela descentralização; tomando ao acaso, para exemplo, os anos de 1878 a 1881, encontramos um denominador: “A centralização e os liberais”; outro sobre a necessidade das províncias elegerem seus presidentes; um terceiro mostrando que o despotismo que reina por toda a parte, na família, na escola, no governo, é fruto da centralização; ainda em outro, mostrando as excelências da república federativa; comemorando a data de 14 de julho e recomendando aos representantes do PRP nas câmaras

¹⁵⁷ “A Província de S. Paulo”, 6-7-1884, artigo de Rangel Pestana.

¹⁵⁸ Silveira Peixoto, ob. cit., p.20.

municipais não esquecerem que “a República Federativa tem por base o município; um chama-se “O Império mata as províncias”; outro contém críticas à centralização, mostrando o prejuízo que acarreta para o porto de Santos; um ressalta a evidente necessidade da federação para o Brasil; outro, a magnitude do problema de federação; outro transcreve da Gazeta de Campinas um artigo de Campos Salles sobre o assunto; apresenta noutro a necessidade de bem definir a descentralização, pois liberais e conservadores pretendiam arrebatar a bandeira arvorada pelos republicanos e erguê-la por sua conta própria; por fim, publica um artigo de cerrado ataque à centralização,¹⁵⁹ sem falar nas transcrições de discursos de deputados republicanos, tanto em campanhas eleitorais, quanto na Assembleia Provincial, nem da menção do problema em artigos cujo tema principal era outro. Esta preocupação com a federação vai se repetir em 1882, 1883 etc. para culminar com o surto separatista de 1887.

O surto separatista é a melhor prova de que o pensamento primeiro para os republicanos era a federação. Assim como a abolição devia ser feita província por província, começaram alguns membros a afirmar que a proclamação da República devia seguir o mesmo caminho, mudando de governo, separadamente, os estados já preparados e que se reuniram em federação, aos quais aos poucos se anexariam os outros, cuja libertação requeria mais tempo e que permaneceriam mais tempo sob a tutela monárquica. As duas províncias seriam sem dúvida São Paulo e Rio Grande do Sul, onde havia partido organizado desde 1873 e 1884, respectivamente, o que demonstrava a viabilidade do projeto para essas duas províncias.¹⁶⁰ Concorreu para a invenção dessa solução o entusiasmo despertado no PRP pelas libertações sucessivas de escravos no Ceará, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, no

159 “A Província de São Paulo”, 21-1, 7-2, 8-7 de 1879; 6-1, 15-7, 16-9 de 1880; 25-3, 29-4, 12-5, 24-6, 28-7, 25-8 de 1880; 25-3, 29-4, 12-5, 24-6, 28-7, 28-8 de 1881 e anos subsequentes.

160 Discurso de Prudente de Moraes, “A Província de São Paulo”, 19-11-1884.

Paraná; o movimento abolicionista estava, natural e espontaneamente, tomando o caminho que os republicanos não tinham cessado de indicar, isto é, a emancipação de acordo com as condições econômicas peculiares a cada província, que faria cada qual libertar os seus escravos com inteira autonomia e sem prejuízos para a lavoura. Ceará, Amazonas, Rio Grande do Sul e Paraná mostravam que o PRP tinha razão quando achava que a solução devia ter por base “o princípio cardeal da descentralização, expressa em 1873 e reafirmada em 1881”; “a abolição naquelas províncias vinha provar a excelência da tese”.¹⁶¹

O maior entusiasta do movimento separatista foi Alberto Salles;¹⁶² contagiou seu irmão Campos Salles, que apresentou ao Congresso Republicano de 1887 um projeto de manifesto sobre o separatismo, considerando-o benéfico, desde que não excluísse a federação.

JOÃO ALBERTO SALLES
(1857-1904)

Nasceu em Campinas (SP) foi jornalista, deputado federal, 1892-1893. Defendia o separatismo, queria construir uma república alicerçada nas luzes da ciência. Escreveu “A Pátria Paulista”.

No mesmo sentido foi uma carta de Saldanha Marinho, intitulada “A separação”, enviada da Corte aos republicanos paulistas, na qual reconhecia que o meio das províncias fugirem à centralização era chamar a si o que era seu – o poder, – tornando-se independentes de tutela; não o podiam fazer todas a um tempo por não estarem em condições; mas se fossem se libertando aquelas em estado de viver sem auxílio e fossem se federando, era a solução mais rápida para alcançar a República Federativa.¹⁶³ Porém a ideia separatista, que no Congres-

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Veja-se livro de Alberto Salles, “A Pátria Paulista”.

¹⁶³ “A Província de S. Paulo”, 3-7-1887.

so Republicano fora apresentada por Celso Garcia, assustou até seus correligionários; encarregado de exarar parecer sobre a questão, Francisco Glicério aconselhou, com toda a prudência, seu adiamento para a próxima sessão do Congresso (um ano depois), por ser assunto que, pela importância e seriedade, demandava ainda muita meditação.¹⁶⁴ Eles sentiam o perigo do desmembramento, caso fosse adotada esta solução. A ideia teve, no entanto, algum eco. E no interior, na reunião republicana preparatória do Congresso Distrital Republicano de Botucatu, foi discutida e por fim repelida a adesão ao movimento separatista.¹⁶⁵

Além de pugnam sempre pela descentralização, pretendiam também os republicanos paulistas agir de acordo com a razão e não com o sentimento; o PRP, nessa época, era uma tentativa política científica – no sentido de política baseada na observação da realidade e procurando, para a consecução dos fins, meios que não só fossem eficazes como também estivessem de acordo com a mesma realidade. Essa a influência da filosofia positiva e do cientificismo da época, que tão fortemente atuou nalguns propagandistas da república. A máxima positiva – saber para prever, prever para agir – procuravam segui-la tanto quanto podiam, fugindo às violências que Augusto Comte repelira e anatematizara. Conservar melhorando, outra fórmula de Comte na qual se mostra a sua preocupação de unir estática e dinâmica sociais, ordem e progresso, eis o que devia ser aplicado à sociedade de então; todas as instituições humanas são susceptíveis de aperfeiçoamento sem necessidade de romper brusca e subitamente os laços que nos prendem ao passado, pois toda reforma, para frutificar, deve tirar seus elementos do próprio estado de coisas a ser modificado. Tirar da ordem existente uma nova ordem, sem desmanchar a antiga e sem fazer parar a corrente do progresso, eis o problema para os republicanos paulistas quer em

164 Idem, 2-6-1887, 3-6-1887.

165 Idem, 3-7-1887.

relação à abolição, quer em relação à república; uma solução que se baseasse na observação da realidade, só podia ser do advento gradual e autônomo de Abolição e República, diante das diferenças entre as províncias.

Opuseram-se os republicanos, então, tanto aos abolicionistas quanto aos escravocratas; pois se nos primeiros viam os elementos da desordem que a filosofia positiva repelia com tanto horror, nos segundos viam os freios do progresso – igualmente rejeitados para longe. “Não estamos do lado do “idealismo abolicionista” nem do lado da “hostilidade da lavoura”, mesmo porque nos colocamos fora do alcance de ambos. Desde que pretendemos para o problema uma solução científica; não podemos tomar outra posição (...). Respeitamos os sentimentos dos abolicionistas, que pregam com entusiasmo a emancipação pronta, aceita e aconselhada como uma medida revolucionária, mas não os acompanhamos, porque compreendemos a organização da sociedade mui diversamente dos metafísicos que legislam nas nuvens para executarem na terra”.¹⁶⁶ À palavra serena de Rangel Pestana se junta a mais enérgica de Luiz Pereira Barreto; enquanto os republicanos procuravam discutir cientificamente os problemas, desenvolviam os abolicionistas uma efervescência doutrinária maléfica; combatendo a metafísica em todos os terrenos, não podiam os republicanos abrir exceções para a abolição tal qual estava sendo posta em prática, por justa que fosse a causa abolicionista; pois a metafísica, embora possuidora de forças destrutivas, era impotente para construir e os abolicionistas, acabando com o trabalho servil, não se preocupavam em substituí-lo por outro. “Os abolicionistas se indignam por nos acharmos a cavalo sobre o negro. Mas, a nossa desgraça está precisamente em nos acharmos condenados a não poder ter outro cavalo senão esse. Deem-nos outro melhor, menos empacador e menos manhoso, e iremos ao encontro desse melhor. É esse melhor que queremos e procuramos; e, em vez de

166 “A Província de S. Paulo”, 19-II-1880.

nos auxiliarem, são os abolicionistas que nos contrariam, invocando o bom Deus que fez o art. 5 da Constituição, o qual artigo afugenta a emigração, que só poderia nos aprear do lerdo cavalo, que até aqui montamos”.¹⁶⁷

O professor francês Louis Couty, no Rio de Janeiro, batia na mesma tecla que os republicanos paulistas: “Os homens que, no Brasil, reclamam muito alto o direito dos escravos à emancipação, esquecendo que na África os negros são escravos, em seus países de origem, ligam-se à escola espiritualista e metafísica que procura numa autoridade suprema, invisível, insondável, indemonstrável, a orientação para as ações humanas. Queiram ou não, os abolicionistas, cada vez que invocam um direito superior, devem ser classificados de partidários, também eles convencidos das religiões e das aquisições. Pereça antes o Brasil do que nossas convicções; tal seria a sua legenda, se eles fossem lógicos e consequentes”. A escravidão devia ser condenada, “não porque fira princípios imutáveis de justiça que, em todos os países, são mais ou menos violados por outras formas sociais; e sim, porque impedindo o desenvolvimento útil das individualidades e fornecendo mão de obra cara e de má qualidade, bloqueia a formação de um povo bem integrado, econômico e ativo”; para resolver problemas sociais como a escravidão e a imigração, não empregar a “revolução brutal”, nem esperar a “cega evolução”, mas usarem os homens da “ação dirigida e refletida”, pois que por meio desta “o homem pode modificar ele mesmo sua própria evolução”¹⁶⁸ Também para Couty, como para os republicanos paulistas, abolição e imigração eram na época duas faces de um mesmo problema: antes de qualquer outra província, escrevia ele, o espírito paulista de iniciativa vislumbrara a existência de duas ordens complementares de progresso visando o mesmo fim que era a transformação do trabalho, – de modo que, se por um lado os depu-

167 “A Província de S. Paulo”, Ainda os abolicionistas, 22-12-1880, 23-12-1880.

168 Louis Couty, ob. cit., pp 376,382.

tados paulistas republicanos esperavam em 1878-1880 com o projeto de imposto considerável sobre a entrada de escravos, o fim rápido do trabalho servil em sua província, por outro lado tomavam, desde 1881, diversas medidas gerais com o fim de facultar a colonização livre, passando daí por diante a receber uma corrente imigratória anual de 8 a 9.000 indivíduos.¹⁶⁹

Desse modo, descentralização e cientificismo, correntes dominantes então no mundo, davam-se as mãos no que diz respeito aos republicanos paulistas, influenciando de maneira decisiva sua maneira de discutir os problemas sociais e diferenciando-os dos outros políticos nacionais.

Vimos que a primeira peculiaridade do PRP era a sua localização na província de São Paulo, enquanto o resto do Brasil se mantinha quieto. Esta localização ia ainda mais longe: o partido não existia na província toda, desenvolveu-se e vicejou na região conhecida como Oeste paulista; os próprios republicanos notavam em 1888 que sua ação “até hoje quase se havia circunscrito a uma certa zona da província...”¹⁷⁰

Nessa época, a província de São Paulo se compunha das duas zonas habitadas e conhecidas: a região Norte ou do Vale do Paraíba, e a região do Oeste paulista, com Campinas por centro. Todo o território se estendia além de Jaú, fechado pelos rios Grande, Paraná e Parapanema, era de “terrenos desconhecidos e habitados pelos indígenas”, segundo rezavam os mapas.¹⁷¹

Fundando-se o Clube Radical na Corte e seu correspondente na capital da província, núcleos semelhantes apareceram no interior desta; José Leão assinala especialmente Campinas, Amparo, Itu e Rio

169 Idem, pp.394, 395.

170 “A Província de S. Paulo”, 6-7-1888.

171 Olavo Freire, Atlas de Geografia Universal, 1910.

Claro.¹⁷² Transformado o Clube da Corte em Clube Republicano, os Clubes Radicais paulistas em geral também mudaram sua coloração política; já vimos que a primeira adesão do interior da província ao Manifesto de 1870 viera de Piracicaba.

Na Convenção de Itu não houve delegados das cidades do Vale do Paraíba.¹⁷³

No primeiro Congresso Republicano foram representantes dos 29 municípios paulistas; 27 eram localidades do Oeste paulista e apenas dois do Vale do Paraíba (Paraibuna e Taubaté)¹⁷⁴. Teve o Congresso Republicano de 1878 representantes de 36 municípios: 33 municípios do Oeste Paulista para três do Vale do Paraíba.¹⁷⁵ Em 1880 aumentou o número destes com a adesão de Guaratinguetá.¹⁷⁶ Mas a representação do Vale não incluía as grandes cidades do café, Bananal, Areias, Lorena, Cruzeiro, onde só apareceram republicanos depois da Lei Áurea.¹⁷⁷

Em 1874, cogitando-se da formação da “A Província de S. Paulo” e buscando numerário para a empresa, dirigiram-se os organizadores não só a republicanos mas também a liberais, para tirar do jornal o aspecto exclusivamente republicano, que não era prudente ter; não se recorreu, todavia, a nenhum nome do Vale do Paraíba, onde porém havia gente de muito recurso; os acionistas eram de São Paulo, Campinas, Itu, Araras, Rio Claro, Jundiaí.¹⁷⁸

As campanhas eleitorais republicanas se processavam todas no Oeste paulista, como se vê no anúncio dos comícios dos diferentes candidatos; nenhum se encaminhava para o Vale do Paraíba, os eleitos

172 José Leão, ob. cit., p. 156.

173 Américo Brasiliense, ob. cit., p.112.

174 Américo Brasiliense, ob. cit., pp.115 a 117.

175 Idem, pp.177-179.

176 “A Província de S. Paulo”, 24-4-1880.

177 Consulte-se “A Província de São Paulo”, 6-7-1888, 5-9-1888, 24-7-1889 etc.

178 J.M. de Camargo Aranha, Revista do Arquivo, ano III, V.XXXI, 1937, p.23.

eram em geral os candidatos dos distritos do Oeste paulista: Cesário Motta, Martinho Prado Jr. e Prudente de Moraes em 1877;¹⁷⁹ em 1881 foram eleitos Rangel Pestana pelo 1º Distrito, Campos Salles e Gabriel de Toledo Piza e Almeida pelo 7º, Prudente de Moraes pelo 8º, Martinho Prado pelo 9º;¹⁸⁰ e nas eleições subsequentes, se o nome dos candidatos se modificava, a vitória se repetia quase sempre nos mesmos distritos.

Disputando o PRP eleições de vereadores e juizes de paz desde 1876, era sempre nos municípios do Oeste paulista que apareciam candidatos republicanos, tantas vezes vencedores; poucas as notícias de participação republicana nas Câmaras Municipais do Vale do Paraíba.¹⁸¹ Em 1886, resolvida a intensificação da propaganda, conferências passaram a ser realizadas em diferentes cidades, geralmente aos domingos; estas conferências estavam ao cargo não só dos componentes do PRP, como também de republicanos da Corte, como Saldanha Marinho e Quintino Bocayuva, convidados especialmente para isso. A iniciativa coube ao Clube Republicano Campineiro, em julho de 1887, que instituiu também cursos de história e doutrina política, tendo, em fins de 1886, realizado já oito conferências.¹⁸² Seguiu o exemplo o Clube Republicano da Capital, depois o de Santos, depois o de Bragança, o de Ituí;¹⁸³ foi após a Lei Áurea que a propaganda se estendeu ao Vale do Paraíba, efetuando Silva Jardim, a 20-7-1888, uma conferência em Lorena.¹⁸⁴ Mas mesmo então as conferências nesta região, foram muito

179 Américo Brasiliense, ob. cit., pp.161 a 174.

180 "A Província de S. Paulo", 24-11-1887, 4-1-1882.

181 "A Província de São Paulo", 6-7, 7-7, 13-7, 24-7 de 1880, por ex.

182 Idem, 25-7-1886, 17-11-1886.

183 Idem, 2-12-1887, 1-3-87, 6-9-87, 27-11-1887.

184 Idem, 20-7-1888.

menos numerosas do que as feitas no Oeste Paulista, registrando-se num ano a diferença de cinco para 15.¹⁸⁵

Não se diga que, na década de 1873 a 1883 era a região do Vale do Paraíba mais desconhecida e menos desenvolvida do que o Oeste Paulista e que por isso as ideias republicanas, mais avançadas, não medravam nesse meio atrasado. Todos os relatórios dos presidentes de província, nessa época, se referem aos “ricos centros de produção do Norte”, sendo que do exame do “Quadro Estatístico de alguns estabelecimentos rurais da Província de São Paulo” que o Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira traçou em 1854, ressalta, no dizer de Afonso d’E. Taunay, “a enorme preponderância econômica do Norte da província”.¹⁸⁶ Esta preponderância se traduzia na arrecadação das rendas municipais; “em 1846, as rendas da Câmara Municipal de Ubatuba ultrapassaram em muito as da capital da província, o mesmo acontecendo em 1864-1866 em Bananal”.¹⁸⁷ Wanderley Pinho, narrando os fastos dos “Salões e Damas do 2º Império”, faz referência como vida a Bananal, que fora o centro de tanta vida e esplendor na segunda metade do século XIX.¹⁸⁸

Depois de 1860, Campinas representou para o Oeste Paulista, o mesmo que Bananal para o Vale do Paraíba, passando a ter desenvolvimento, evidenciado pelo aumento de suas rendas;¹⁸⁹ a vida social, no entanto, índice seguro de desenvolvimento econômico, só a partir de 1875 se tornou digna de nota, – a mesma vida social que em 1865 fazia de Bananal um apêndice campestre da Corte.¹⁹⁰

185 Idem, ver os anos de 1888 e 1889.

186 Afonso d’E. Taunay, ob. cit., pp.131 a 133, vol.III, t.I.

187 Idem, ob. cit., pp.236 a 244, v. III, t. I.

188 Wanderley Pinho, *Salões e damas do 2º Reinado*. pp.223, 224.

189 A. E. Taunay, ob. cit., pp.236 a 244, v. III, t. I.

190 Idem, p. 92.

Não foi, pois, na zona paulista que, economicamente falando, mais cedo se desenvolveu no século XIX e que se mantinha no auge do fastígio em 1879 que medraram os ideais republicanos e sim, na zona cujo desenvolvimento fora mais tardio.

Se a estrutura social brasileira era toda ela mais ou menos homogênea de um extremo a outro do país, apresentando como caracteres o poder e o prestígio da família, sustentados pelo latifúndio trabalhado por escravos; se as mesmas influências intelectuais se exerciam de sul a norte e eram mais fortes principalmente no Recife, centro de grande efervescência intelectual na época, mas onde, todavia, o partido republicano não conseguiu medrar; se, estando nesse período a economia dominada pela exportação cafeeira e havendo duas zonas produtoras cujo desenvolvimento se processara em períodos diferentes e sucessivos; justamente na zona cujo aparecimento fora mais tardio é que se localizou um partido de individualidade acentuada (em comparação com os monárquicos), como o PRP, o que indica que o crescimento econômico da zona se deve atribuir a tal localização. Não que se possa dizer que a ideologia republicana tenha brotado das condições de vida do Oeste Paulista; ela veio de fora, mas persistiu e se ampliou porque encontrou um campo propício para o seu desenvolvimento. Federação e República, ideais para o século XIX eram um só, vieram da Europa com certo número de intelectuais, que se encarregaram de disseminá-los. Se, nos vinte anos que antecederam a proclamação, só no Oeste Paulista é que tais ideais produziram um partido organizado, era porque nessa região se coadunavam com as exigências da vida. Vemos que aquelas ideias não formaram o PRP, mas foram adotadas por ele como as que serviam a seus interesses.

A imigração é o primeiro fator novo a aparecer e se justifica diante do desenvolvimento econômico mais atrasado do Oeste Paulista, comparado com o do Vale do Paraíba. Extinto o tráfico, começou a

corrente negra a vir do norte; mas os fazendeiros do Vale do Paraíba, cujas culturas estavam em plena produção, reclamavam grande quantidade de trabalhadores para sua ampliação e para preencher os claros que o duro trabalho de enxada abria nas fileiras; absorviam, assim, a maior parte dos escravos vindos de outras zonas (o que fez a população escrava do Rio e de Minas, onde logo abriram grandes fazendas de café ultrapassar a de outras províncias brasileiras); tinham estes fazendeiros os meios requeridos para adquirir a mercadoria. No Oeste, a cultura do café se iniciava; cinco anos levam os cafeeiros para frutificar e indenizar o agricultor de suas primeiras despesas, que são sempre as mais pesadas – sem contar o tempo gasto na derrubada e no preparo da terra; cinco anos em que se gasta dinheiro sem nada receber em paga; era difícil aos que começavam plantações disputar a mercadoria humana aos prósperos senhores já há muito instalados, produzindo, ganhando.

À medida que o tempo avançava e que se sucediam os anos da década de 1870, outra diferença se foi observando. Era este o período de pleno desenvolvimento para o Vale do Paraíba, e no qual o Oeste Paulista, conseguindo expandir o sistema ferroviário, começou a ter uma ampliação dia a dia maior. A dessemelhança era que se no Vale o café apresentava então lucros, sem quase trabalhos para o grande proprietário, no Oeste Paulista ele exigira soluções racionais para os problemas magnos – a mão de obra e a comunicação. O desenvolvimento da província, diziam os fatos em São Paulo, não se pode efetuar ao Deus dará (como tinha acontecido com o Vale), mas dependia do estudo e da aplicação do homem à resolução de questões prementes, que dele demandavam observação, inteligência e bom senso. Não tendo as mesmas facilidades que os fazendeiros do Vale para conseguir escravos, voltaram-se os fazendeiros do Oeste para a imigração europeia; localizada a região cafeeira serra acima, nos planaltos do interior, afastada dos portos de mar (ao contrário também do Vale do Paraíba, que se desenrola paralelamente ao mar e conta com os portos do

Rio de Janeiro, Paraty, Angra dos Reis, Ubatuba Caraguatatuba, São Sebastião), estenderam por ela uma rede ferroviária que os unia ao único porto de serventia, o porto de Santos. Está talvez aí o porquê do cientificismo do PRP, do desejo de dirigir racionalmente a vida social e a vida política de acordo com a observação e a experiência. O modo como se processara o desenvolvimento de uma e de outra zona marcara seus habitantes.

A partir de 1880, ao mesmo tempo em que mais se acentuava a prosperidade do Oeste, mais decaía o Vale do Paraíba; nota-se com maior nitidez, então, as diferenças de mentalidade dos fazendeiros de uma e outra zona; a disposição para o progresso nos primeiros, a tendência decidida para o conservantismo nos segundos. Decadência de uns, prosperidade de outros, a situação do Vale vem retratada no livro de Louis Couty; muito poucos eram, em 1884, os fazendeiros que não deviam aos bancos; também poucos aqueles que deviam, mas contavam com recursos para fazer face ao débito; a grande maioria era dos que deviam mais do que possuíam.¹⁹¹ Uma análise de Affonso d'E. Taunay caracteriza melhor o contraste entre as duas regiões: “Na zona tributária do Rio havia 569 fazendas, ao todo 413.492 hectares, 81.212.534 árvores e 27.006 escravos hipotecados ao Banco do Brasil. (...) Dos 30.033:966\$000 adiantados pelo Banco já haviam sido pagos 9.598:668\$000, quase 33,3%. Na zona de Santos havia 146 fazendas. (...) Total de 92.442 hectares, 1.290.409 árvores e 5.266 escravos. (...) Hipotecadas por 8.491:623\$000, já haviam pago 6.113:834\$000 ou mais de 72%.”¹⁹² Grande diferença entre as duas zonas: menor quantidade de lavouras e maior solvabilidade dos fazendeiros do Oeste, para menor solvabilidade e maior quantidade de fazendas do Vale do Paraíba.

¹⁹¹ Louis Couty, pp.197-198.

¹⁹² Affonso d'E. Taunay, ob. cit., citando Van Delden Laerne, pp.393 a 395, v.VII, tomo V.

Os fazendeiros insoláveis “estavam interessados em que se lhes conservassem parcelas de sua antiga fortuna”,¹⁹³ – categoria de fazendeiros como vimos, abundante no Vale do Paraíba. Muito endividados, não podendo “nem substituir os escravos que morriam, nem melhorar o maquinário, nem entrar nas despesas necessárias para a instalação de colonos”, o mais importante, para eles, era o prolongamento da situação que, embora difícil, ainda não era de ruína total. Seu interesse estava na manutenção do “status quo”; não podiam sacar sobre o futuro, dado o estado em que se encontravam. Sua sobrevivência dependia do amparo do presente, pois os recursos da província, esgotado o solo, como mostravam os cafezais raquíticos e despídos, e não existindo na zona mais terras disponíveis para serem cultivadas¹⁹⁴, não lhes permitiam esperanças para o futuro. Daí ser a província do Rio de Janeiro caracterizada por Joaquim Nabuco como a sede da “corrente de ideias reacionárias”, do anti-abolicionismo ferrenho¹⁹⁵ e serem os lavradores da região paulista do Vale os que Rangel Pestana apontava como “rotineiros, ... pouco dispostos aos cometimentos dos lavradores do sul e do oeste”; emperrados em conservar o pilão para o beneficiamento, quando os do Oeste estavam usando máquinas Lidgerwood...¹⁹⁶

Assim se caracterizam os fazendeiros do Vale pelo conservantismo e os do Oeste fazem do progresso sua meta favorita. Progresso nas comunicações, no trabalho, nos maquinismos agrícolas, na economia em geral, eis o que pretendiam; era o objetivo máximo para os homens da terra que, bem trabalhada, prometia fortunas. Foi, pois, todo o clima de promessas risonhas e de prosperidade futura que condicionou a persistência do PRP em São Paulo. O impulso formidável que tomava a província com a extensão da lavoura do café, a levava a esbarrar

193 Louis Couty, p. 196.

194 “A Província de S. Paulo”, 18-2-1881.

195 Idem, 17-9-1884.

196 Idem, 5-6-1884.

em um obstáculo – o governo central, trambolho posto no seu caminho para lhe impedir a marcha; daí a independência que manifestam os paulistas diante das delongas da centralização, levando avante empreendimentos e votando leis (como a dos contratos de imigração) sem esperar nem consentimento nem encorajamento da parte dele. Iniciativa privada em todos os setores, nenhuma confiança concedida aos poderes públicos com sede na Corte, a atitude dos paulistas nessa época; a Corte, “país estrangeiro” diante das províncias,¹⁹⁷ tinha chegado “às cumeadas da civilização”, enquanto as extremidades do país se finavam na miséria¹⁹⁸ graças à centralização, que canalizava para ela os recursos das províncias, empobrecendo de tal maneira os municípios que estes, para prover às despesas mais comezinhas, eram muitas vezes obrigados a recorrer às subscrições públicas¹⁹⁹, impedindo o progresso da nação pelo engavetamento de projetos de leis da maior importância como a de proteção à lavoura, imigração, secularização etc.²⁰⁰

A centralização nunca afetara os fazendeiros do Vale do Paraíba; o centro geográfico de seu mundo era a Corte, onde iam ter todos os impostos do país, beneficiando pois diretamente os fazendeiros do Vale, enchendo de melhoramentos a capital do Império e suas adjacências, fazendo subir o nível de vida. Aos agricultores do Oeste Paulista é que a situação não sorria; produzindo já bem em 1880, viam as rendas se escoarem para outra região quando, se empregadas ali na sua província que quedava empobrecida, seriam outras tantas molas propulsoras do progresso. O remédio? Descentralização total, tanto administrativa quanto política, o que pressupunha a federação e a República; já vimos como uma ala do PRP levou seu ideal de descentralização às últimas consequências, com o separatismo.

197 Idem, 3-7-1887.

198 Idem, 12-3-1884.

199 Orlando M. Carvalho. Política do Município — Livr. Agir Ed. 1946, cap.IV, p.47.

200 “A Província de S. Paulo”, 25-5-1882.

Os republicanos paulistas eram, pois, os descendentes legítimos dos “homens bons” das câmaras coloniais que com tanta independência resolviam os problemas de suas localidades; em primeiro lugar o município, cuja autonomia procuravam obter a todo custo, depois a província, depois a nação. Defendiam o município contra a província sempre que necessário, (como Prudente que em 1879, clamava que a concessão de privilégios devia caber ao município e não à província)²⁰¹, porque “a República Federativa tem por base o município” e porque “a riqueza pública é a soma das riquezas particulares”.²⁰² Foram quase todos eles uns “embutidos na paisagem rural” na definição que um autor deu de Prudente de Moraes;²⁰³ e terminado o combate em prol de sua terra, que os arrastava às capitais, regressavam ao município, a se absorver de novo na vida da pequena localidade; suas qualidades eram as do homem do campo – a probidade, a calma, a energia, a sobriedade, a seriedade, a dignidade, o equilíbrio, o bom senso, muitas vezes aliados à pouca cultura intelectual, principalmente se os cotejarmos com os políticos refinados do tipo Nabuco, que tinham nas costas o peso de uma tradição aristocrática; seus discursos, nas Câmaras, enfaravam, caceteavam; não tinham o brilho da linguagem dos parlamentares da época, apresentavam-se a ler laudas e laudas recheadas de cifras;²⁰⁴ e se ganhavam dinheiro, não era para ostentação e luxo.

De próprio punho, Maria Isaura Pereira de Queiroz escreveu:

“O trabalho está por terminar; falta desenvolver o aspecto “provinciano” dos republicanos paulistas e o aspecto “aristocrático” dos grandes chefes dos outros dois partidos; falta reunir todos os fatores habitualmente apontados do desenvolvimento do PRP e tirar a conclusão final. Refor-

201 Idem, 8-3-1879.

202 Idem, 15-7-1880, 12-3-1884.

203 1º. Centenário de Prudente, p.19.

204 Ver. Do Arquivo, p. 419.

çar também a argumentação em prol da “zona nova” economicamente e seus interesses na manifestação do PRP, e mostrar que ele legitimamente se prendia às necessidades da zona, através das medidas propostas pelos seus deputados nas Câmaras. E finalmente concluir”.

Acredito que cabe ao leitor o delineamento das conclusões, seguindo as linhas propostas por Maria Isaura Pereira de Queiroz.

BIBLIOGRAFIA CITADA

conforme apresentada

pela Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz

AFFONSO, Celso. *Oito anos de Parlamento: reminiscências e notas*. Brasília, Senado Federal, 1998. Série Biblioteca Básica Brasileira.

ALCÂNTARA, Machado. *O concurso de Américo Brasiliense*.

ALENCAR, José de. *O tronco do ipê*. B.L.Garnier, 1871 (1ª ed.).

ALMEIDA, Julia Lopes de. *A família Medeiros*.

ALVES, Rodrigues. J. P. *Gênese da ideia republicana no Brasil*. Santiago do Chile, 1933.

ARANHA, J. M. de Camargo. *A primeira campanha eleitoral do P.R.P.* São Paulo, Revista do Arquivo Municipal, vol. XXXV, maio 1937.

ASSIS, Machado de. *Yayá Garcia*, 1874 (1ª ed.); *Helena*, 1876 (1ª ed.); *A mão e a luva*, 1874 (1ª ed.).

----- . *A fundação d'A Província de S. Paulo*”.

AZEVEDO, Aluísio de. *O mulato*. F. Briguiet, 1881.

BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império*. São Paulo, Typographia Jorge Seckler, 1878.

BUARQUE, Felício. *Origens Republicanas*. São Paulo, Edaglit, 1962 (Temas brasileiros, 40).

CARVALHO, Austricliano de. *Brasil Colônia e Brasil Império*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1927.

CARVALHO, Orlando M. *Política do Município*. São Paulo, Livraria Agir Editora, 1946.

COUTY, Louis – *A escravidão no Brasil*. (Uma tradução foi publicada pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1988).

D'ARAÚJO, Oscar. *L'idée républicaine au Brésil*, Paris, Perrin et Cie., 1893.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*.

EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, vol.I, Publicação Oficial do Estado de São Paulo, 1926.

- FREIRE, Olavo. *Atlas Geográfico Universal*, 1910.
- FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1936.
- LEÃO, José. *Silva Jardim*. Rio de Janeiro, Nacional, 1895.
- MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul*.
- MACEDO, José Manoel. *A moreninha*, 1844 (1ª ed.).
- MENDONÇA, Lúcio de. *A caminho (Propaganda Republicana)*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1905.
- NOGUEIRA, José Luiz Almeida. *Tradições e reminiscências da Faculdade de Direito de São Paulo*. Publicada inicialmente em fascículos no “Correio Paulistano e depois em 9 volumes. Tipografia Vanordem, 1907.
- OTTONI, Christiano. *O advento da república no Brasil*. Rio de Janeiro, 1890.
- PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Ed. Martins, 1942.
- PEIXOTO, Silveira. *A tormenta que Prudente de Moraes venceu*. Curitiba, Guaíra, 1942.
- PINTO, Estêvão. *Pernambuco no Século XIX*.
- SALLES, Alberto. *A Pátria Paulista*. Campinas, Typ. A vapor da “Gazeta de Campinas”, 1887.
- SANTOS, José Maria dos. *Política Geral do Brasil*. São Paulo, F. Magalhães, 1930.
- . *Os republicanos paulistas e a Abolição*. São Paulo, Martins, 1942.
- TAUNAY, Affonso d’Escragolle. *Pequena História do Café*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945.
- VIANNA, Oliveira. *O Occaso do Império*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.
- Revista do Arquivo – 1º Centenário de Prudente.*
- A Província de São Paulo – Coleção completa (1875 a 1889).*

À GUIZA DE CONCLUSÃO

Apresento algumas observações:

Era o tempo do 2º Império, tempo dos dois partidos que se revezavam no poder, o Partido Liberal e o Conservador. O Imperador sabiamente fazia um revezamento no poder, escolhendo alternadamente o Primeiro Ministro de um e de outro partido. Câmaras dissolvidas, eleições eram convocadas. As Câmaras se faziam segundo a feição do partido do Primeiro Ministro.

Foi o tempo do auge do café no Vale do Paraíba, em Minas e no Rio de Janeiro. As rendas da exportação do café custeavam o fausto da Corte e atendiam aos fazendeiros, agraciados com títulos de nobreza.

A produtividade dessas zonas se exauriu e o café floresceu na terra roxa do Oeste Paulista. As exigências dos fazendeiros dessa zona eram diversas e os impostos sobre o produto recolhidos pelo governo central vistos como abusivos, pouco revertiam para as zonas produtoras. Esse foi um determinante da organização do Partido Republicano Paulista, reivindicando a federação.

Não tinham os fazendeiros do Oeste Paulista títulos de nobreza e nem os luxos da Corte, mas tinham a cultura adquirida especialmente na Academia de Direito de São Paulo.

O tema candente no período era a libertação dos escravos. A lei do Ventre Livre, assinada em 1871, encontrou defensores exaltados. Os republicanos, em 1873, aceitavam que o problema da abolição era social e não político. Cada província decidiria o tempo da libertação dos escravos segundo suas condições. Apenas no Manifesto de 1888, os republicanos paulistas se posicionam pela libertação dos escravos de todos os seus partidários. O problema da mão de obra da lavoura já havia sido equacionado pela Província com o incentivo à imigração.

Quando do evento da Proclamação da República, Francisco Glicério, um dos chefes do PRP, estava presente na reunião preparatória do movimento na casa do Marechal Deodoro. Campos Salles foi Ministro da Justiça no governo provisório de Deodoro. O chefe paulista

Francisco Glicério fora ao Rio de Janeiro acompanhado de Adolpho Gordo, secretário da Comissão Permanente do PRP.

São Paulo foi a Província na qual Deodoro não destituiu o Presidente, Prudente de Moraes. Prudente presidiu a Assembleia Constituinte. Os dois primeiros presidentes civis da República, Prudente de Moraes e Campos Salles, eram republicanos históricos.

O PRP era um partido já estruturado quando da Proclamação da República e seus membros tiveram importante papel na implantação do novo regime e no decorrer da política da Primeira República.

Este estudo inacabado e aqui apresentado é certamente mais uma aula que a Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz nos deixa, uma demonstração da mais correta utilização das fontes e de que a conclusão decorrá da análise dos dados.

Agradeço as correções feitas na primeira versão desse texto pela Profa. Dra. Maria Christina S. de Souza Campos e as sugestões da Profa. Dra. Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Ao Professor Dr. Mário A. Eufrazio pela minuciosa correção do texto final.

Agradeço também o apoio dos colegas do CERU para a publicação desse texto como um volume da Série TEXTOS do CERU, criada pela Professora Maria Isaura.

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

Bibliografia:

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Adolpho Gordo, Senador da Primeira República*: representação e sociedade. Brasília, Senado Federal, 1989.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. A Propaganda Republicana na Província de São Paulo. São Paulo, CERU, *Série Textos*, n.6, série 2, 1995.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Maria Isaura Pereira de Queiroz: um olhar sobre a política. São Paulo, *Cadernos CERU*, 30-2, dez. 2019.

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ
Notas biográficas

Socióloga reconhecida nacional e internacionalmente por seus trabalhos na área das Ciências Sociais.

Nasceu em São Paulo em 26 de agosto de 1918 e faleceu nessa mesma cidade em 29 de dezembro de 2018.

Professora Emérita da Universidade de São Paulo recebeu os seguintes prêmios:

XI Concurso Mário de Andrade, em 1957, Departamento de Cultura do Município de São Paulo.

Recebeu o Prêmio Jabuti, em 1967, Câmara Brasileira do Livro, com a obra *O Messianismo no Brasil e no mundo*.

Recebeu o Prêmio Almirante Álvaro Alberto, 1998, das mãos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É a mais alta condecoração científica do Brasil.

Lecionou na USP, na École des Hautes Études em Paris, na Universidade de Laval em Québec (profa. convidada) e na Université des Mutants em Dakar, Senegal (profa. convidada).

Foi membro ativo da SBPC desde 1971.

Foi fundadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos em 1964, centro que dirigiu por muitos anos.

PRINCIPAIS OBRAS

A Guerra Santa no Brasil: o movimento messiânico no Contestado (1957).

O messianismo no Brasil e no mundo (1965).

Os cangaceiros: les bandits d'honneur brésiliens (1968).

O mandonismo local na vida política brasileira (1969).

O clientelismo numa interpretação sociológica (1982).

Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva (1991).

Carnaval brasileiro: o vivido e o mito (1992).

TRABALHOS SOBRE
MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ

1999 – KOSMINSKY, Ethel Volfzon (org.). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. 1ª ed. Marília (SP): **UNESP, Marília Publicações/FAPESP**.

1999 – BARREIRA, César. Velhas e novas práticas do mandonismo local. Um diálogo com Maria Isaura Pereira de Queiroz. Fortaleza: **Revista de Ciências Sociais, v.30, n.1**.

2000 – ANTUNIASSI, Maria H R e LANG, Alice B S G. (orgs.) *Maria Isaura Pereira de Queiroz – a mestra*. São Paulo: **CERU/Humanitas**

2008 – LUCENA, Célia T, CAMPOS, Maria Christina S S, DEMARTINI, Zeila B F (orgs.). *Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo: **Textos CERU, série 2, n.10**.

2010 – VILLAS BÔAS, Gláucia. Para ler a Sociologia Política de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Rio de Janeiro: **Revista de Estudos Políticos, n.1**.

2014 – VILLAS BÔAS, Gláucia. Amizade e memória: Maria Isaura Pereira de Queiroz e Roger Bastide. São Paulo: **Lua Nova, 91**.

2018 – CÂNDIDO, Márcia Rangel. Pioneiras: Maria Isaura Pereira de Queiroz – os sentidos da mudança. Rio de Janeiro: **Horizontes ao Sul, 10/11**.

2019 – CAMPOS, Maria Christina S. S. Maria Isaura Pereira de Queiroz, a socióloga que tentou decifrar o Brasil. São Paulo: **Cadernos CERU, série 2, vol. 30(1)**.

2019 – LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Maria Isaura Pereira de Queiroz: anotações sobre a política. São Paulo: **Cadernos CERU, série 2, vol. 30(2)**.

2019 – LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Maria Isaura Pereira de Queiroz: um olhar sobre a política. Mesa redonda A construção dos paradigmas para a sociologia futura local – a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 19º Congresso da SBS – Em que sociedade vivemos? Florianópolis, 9-12 julho

2020 – ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Maria Isaura Pereira de Queiroz et son héritage. Introduction au textes de Maria Isaura Pereira de Queiroz – Identité culturel et identité national au Brésil. Paris, CNRS: **Open Édition Journals – Sociologie 4672**

CENTRO DE ESTUDOS RURAIS
E URBANOS – NAP/CERU



Fundado em 1964 por um grupo de estudiosos brasileiros, funciona ininterruptamente desde essa data. Trata-se de uma sociedade civil sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e estadual. Ligado à USP como Núcleo de apoio à pesquisa de Estudos Rurais e Urbanos – NAP/CERU, tem sua sede nas dependências do Departamento de Sociologia da FFLCH da USP.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente: Prof. Dr. *Mário A. Eufrasio*

Diretor Vice-Presidente: Prof. Dr. *Leonardo Gomes Mello e Silva*

Diretora Tesoureira: Profa. Dra. *Célia Toledo Lucena*

Diretora 1ª Secretária: Profa. Dra. *Arlete Assumpção Monteiro*

Diretora de Publicações: Profa. Dra. *Maria Christina Siqueira de Souza Campos*

Diretora de Pesquisa: Profa. Dra. *Zeila de Brito Fabri Demartini*

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS

Realizado anualmente, reunindo pesquisadores de diversas instituições do país e estrangeiras

PUBLICAÇÕES

Mantém a revista bianual **CADERNOS CERU** e a Série **TEXTOS CERU**

TEXTOS CERU

1ª SÉRIE

1. BLAY, Eva Alterman. *Mulher, escola e profissão: um estudo do ginásio industrial feminino da cidade de São Paulo*, 1981.
2. BÔA NOVA, Antonio Carlos. *Clero e povo: o catolicismo na América Latina nos anos 60*. 1981.
3. ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. *Multiplicidade tecnológica: a organização do trabalho na rizicultura do Estado de São Paulo*. 1983.
4. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. 1983.
5. FLEURY, Maria Tereza Leme. *A organização do trabalho na lavoura algodoeira paulista*. 1983.
6. DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Educação e trabalho: um estudo sobre produtores e trabalhadores na agricultura paulista*. 1983.
7. LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Aspirações à educação, à ocupação e ao êxito social*. 1984.

2ª SÉRIE

1. BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena Bueno. *Família, reflexão e cotidiano: reflexão sobre um trabalho de campo*. 1989.
2. ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha; MAGNALENA, Celigrácia; GIANSAANTI, Roberto. *O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano*. 1989.
3. LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Org). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. 1992.

4. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org). *O imaginário em terra conquistada*. 1993.
5. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org). *Roger Bastide: ensaios e pesquisas*. 1994.
6. LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *A Propaganda Republicana na Província de São Paulo*. 1995.
7. LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo et al. *Família em São Paulo: vivências na diferença*. 1997.
8. LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Org). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. 2ª ed. 1999.
9. LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Org). *Realidade brasileira: várias questões, muitos olhares*. 2002.
10. LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (Orgs). *Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. 2008.

SOBRE OS ORGANIZADORES

MÁRIO A. EUFRASIO

- Professor Doutor do Departamento de Sociologia – FFLCH – USP.
- Participou de diversas diretorias do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, do qual é atualmente o Diretor-Presidente.
- Coordenou o Seminário de Sociologia Urbana do CERU e participou do Seminário de Metodologia e Epistemologia no Departamento de Sociologia – FFLCH – USP.
- É autor de *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)* – Editora 34, São Paulo, 1999.
- Tem pesquisas e publicações nas áreas de metodologia e epistemologia das ciências sociais, de sociologia urbana e de teoria sociológica, com ênfase na Escola de Chicago de sociologia.

ALICE BEATRIZ DA SILVA GORDO LANG

- Doutora em Sociologia pela Universidade São Paulo e licenciada em Filosofia pelo Instituto Sedes Sapientiae da PUCSP.
- Foi membro da Comissão Organizadora e Vice-Presidente da Associação Brasileira de História Oral.
- É pesquisadora do NAP-CERU/USP.
- Recebeu o Prêmio Nelson Palma Travassos da Academia Paulista de Jornalismo.
- Participou de diretorias do Centro de Estudos Rurais e Urbanos.
- Dirigiu a revista Cadernos CERU, a série Textos CERU e a revista História Oral.
- Tem pesquisas e publicações nas áreas de sociologia política, sociologia da família, migração, religião e metodologia de pesquisa.